



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**PRÁTICAS DOCENTES E O CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**MARIANA CRISTINA MELO**

**JOÃO PESSOA – PB**

**MAIO – 2019**

**MARIANA CRISTINA MELO**

**PRÁTICAS DOCENTES E O CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luisa Nogueira de Amorim

JOÃO PESSOA – PB

MAIO – 2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M528p Melo, Mariana Cristina.

Práticas docentes e o cuidar e educar na educação infantil / Mariana Cristina Melo. - João Pessoa, 2019. 89 f.

Orientação: Ana Luisa Nogueira de Amorim.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Práticas Docentes. 2. Cuidar e educar. 3. Educação Infantil. I. Amorim, Ana Luisa Nogueira de. II. Título.

UFPB/BC

MARIANA CRISTINA MELO

**PRÁTICAS DOCENTES E O CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

APROVADO EM: 14/05/2019

**BANCA EXAMINADORA**

Ana Luisa Nogueira de Amorim

Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim - UFPB  
(Orientadora)

Ideluite de Sousa Lima

Profª Drª Ideluite de Sousa Lima - UFPB  
(Professora Examinadora)

Profª Ms. Patrícia Batista Bezerra Ramos - UFPB

(Professora Examinadora)

JOÃO PESSOA – PB

MAIO – 2019

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus meu alicerce, em especial ao meu esposo, à minha mãe e meu irmão. Dedico com todo o meu carinho aos profissionais da Educação Infantil em suas mais diversas funções e a todas às crianças o meu mais profundo respeito.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar agradeço a Deus que é meu tudo, meu alicerce e que esteve comigo em todos os momentos, onde pude sentir sua presença e o seu agir em meu favor, com todo o cuidado e amor da sua infinita graça.

Agradeço com todo o amor que sinto ao meu esposo, que durante toda à minha jornada não me desamparou, esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e segurou minha mão e seguiu em frente comigo. Amo você!

À minha mãe que se esforçou e lutou para proporcionar-me uma educação doméstica de qualidade, lutando contra todas as adversidades para que eu chegasse até aqui, não tenho palavras para expressar tudo que tem feito por mim! Te amo!

Ao meu irmão querido que muito me ajudou, contribuindo e ajudando em momentos de dificuldades, e estando ao meu lado em todo o tempo. Te amo!

A todos os meus familiares de perto e de longe, que com orações, pensamentos positivos e palavras de conforto e esperança me impulsionaram a prosseguir e não me render as adversidades.

A todos os colegas, amigos e companheiras de trabalho, que me dedicaram tempo, palavras de ânimo, confiança e tamanha fé que colocaram no meu trabalho, sempre me instigando a continuar, sabendo que tudo iria dar certo. Às minhas companheiras de trabalhado agradeço pela parceria e alegria de estar todos os dias ao lado de cada uma, recebendo às crianças e lutando por uma educação de qualidade e que respeite todas às crianças.

A todas às crianças que convivo e que ainda irei conviver, agradeço pela existência e pela oportunidade de compartilhar momentos de alegria e amor com todas vocês. Pelo afeto oferecido de forma tão verdadeira que me faz ser uma profissional melhor e que sobretudo respeite a infância de cada uma de vocês, em sua singularidade.

Agradeço especialmente à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luisa N. Amorim, que acreditou no meu estudo e que contribui para a construção deste trabalho, sendo paciente e amiga durante à minha pesquisa. Que muito inspirou minha formação enquanto educadora de crianças, com seu amor e sensibilidade ao olhar a criança e por toda sua experiência e conhecimento ofertados à minha pessoa.

Aos formadores da banca que se disponibilizaram em compor este quadro de examinadores, onde buscam a qualidade da educação infantil e a garantia dos direitos das crianças.

À Universidade Federal da Paraíba, e a todos os professores do Curso de Pedagogia que construíram conjuntamente comigo pensamentos, reflexões e novos conhecimentos para à minha formação como Pedagoga, grata por todos os momentos de diálogo e ensinamento.

Agradeço aos participantes da pesquisa de campo, por contribuírem e se disponibilizarem em responder os questionários, sem subjeções além da troca de experiência vivenciada durante a pesquisa.

Agradeço a todos que de certa forma me ajudaram de perto ou de longe a chegar até esta realização.

Só existe duas maneiras de viver a vida: a primeira é vivê-la como se os milagres não existissem. A segunda é vivê-la como se tudo fosse milagre.

Albert Einstein

## RESUMO

O trabalho de monografia aqui descrito tem como objetivo analisar as práticas docentes refletindo o cuidar e educar como ações indissociáveis, dentro do contexto da Educação Infantil. Foi realizado um estudo da história do atendimento à criança nos territórios internacionais e nacionais, até a construção da concepção da Educação Infantil e a sua entrada na Educação Básica, que enfatiza a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura e história, sendo a principal integrante do processo educativo. Para realização desse trabalho foi necessário um estudo dos documentos legais que regem a Educação Básica, através do referencial teórico dos autores Oliveira (2011), Guimarães (2017), Paschoal e Machado (2009), Cerisara (1999), Barbosa (2009), Kramer (1994), Campos (2009), Amorim (2015), entre outros. O trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo um primeiro introdutório, um segundo que apresenta a história da educação infantil, em seu contexto internacional e nacional, enfatizando os retrocessos e avanços, firmados através de documentos legais e do estudo de pensadores da educação. O terceiro descreve como as ações de cuidar e educar se constituem na história do atendimento à criança, sofrendo uma separação e no decorrer histórico como as ações de cuidar e educar vão ser revistas e reformuladas na concepção da educação infantil de forma a serem praticadas pelos docentes em conjunto. O quarto capítulo apresenta a metodologia do trabalho que é baseado em objetivos exploratórios e descritivos, de natureza qualitativa e tem como objeto de estudo as práticas docentes e o cuidar e educar na educação infantil, realizado segundo o estudo de campo, em um Centro Integrado de Educação Infantil do município de Cabedelo, apresentando como sujeitos da pesquisa os professores, cuidadores, monitores e às crianças. O quinto capítulo vai levantar uma problemática, de acordo com o que se observou na pesquisa de campo e com as teorias estudadas, quanto aos possíveis problemas decorrentes da não formação dos professores e a homogeneização das crianças, atribuindo dentro das creches e pré-escolas diferentes significados para o cuidar e o educar e a separação das funções entre o docente e o monitor. Por fim, apresentamos a conclusão do trabalho.

**Palavras-chave:** Práticas Docentes. Cuidar e educar. Educação Infantil.

## ABSTRACT

The work of monography described here aims to analyze teaching practices reflecting care and education as inseparable actions, within the context of Early Childhood Education. A study of the history of child care in international and national territories was carried out, to the construction of the concept of Early Childhood Education and its entry into Basic Education, which emphasizes children as subjects of rights and producers of culture and history. integral part of the educational process. In order to carry out this work, it was necessary to study the legal documents that govern Basic Education, through the theoretical reference of the authors Oliveira (2011), Guimarães (2017), Paschoal and Machado (2009), Cerisara (1999), Barbosa Kramer (1994), Campos (2009), Amorim (2015), among others. The work is divided into five chapters, a first introductory, a second that presents the history of child education, in its international and national context, emphasizing the setbacks and advances, established through legal documents and the study of education thinkers. The third describes how the actions of caring and educating constitute the history of care for the child, suffering a separation and in the course of history as the actions of caring and educating will be revised and reformulated in the conception of children's education in order to be practiced by the teachers together. The fourth chapter presents the methodology of the work that is based on exploratory and descriptive objectives, of a qualitative nature and has as object of study the teaching practices and the care and education in the infantile education, realized according to the field study, in an Integrated Center of Children's Education in the municipality of Cabedelo, presenting the teachers, caregivers, monitors and children as subjects of the research. The fifth chapter will raise a problem, according to what has been observed in the field research and with the theories studied, regarding the possible problems arising from the non-training of teachers and the homogenization of the children, assigning within the different crèches and preschools meanings for the care and education and separation of functions between the teacher and the monitor. Finally, we present the conclusion of the work.

**Keywords:** Teaching Practices. Take care and educate. Child education.

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>2. EDUCAÇÃO INFANTIL: histórico no contexto internacional e nacional.....</b>	<b>14</b>
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA EUROPA.....	15
2.2 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	19
2.3 OS DIVISORES DE ÁGUA: um novo tom na educação infantil brasileira.....	27
<b>3. CUIDAR E EDUCAR.....</b>	<b>34</b>
3.1. HISTORICAMENTE: o que aconteceu com o cuidar e educar.....	35
3.2. DEFININDO AS PALAVRAS: cuidar e educar.....	40
3.3. AS AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR COMO PRÁTICAS INDISSOCIÁVEIS....	44
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>54</b>
4.1 CARACTERIZANDO O CIEI.....	55
4.2 OBSERVAÇÕES INTERPRETAÇÃO DA COLETA DE DADOS.....	59
<b>5. OBSERVAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>61</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>84</b>
APÊNDICE I – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO.....	85
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO.....	86
APÊNDICE III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	88
<b>ANEXOS.....</b>	<b>89</b>

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento da criança começa desde o ventre da mãe, e após o nascimento inicia o período da infância, fase em que amplia as interações com o meio em que vive. Essa etapa inicial da educação infantil tem como objetivo desenvolver estímulos, que contribuem para um crescimento saudável e enriquecedor da criança. O trabalho desenvolvido por educadores nas instituições infantis de cuidar e educar deve ser realizado como uma ação indissociável, que correlacionam teoria e prática. Ambas convergem com o objetivo de desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos físicos, sociais, emocionais e cognitivos.

As instituições de educação infantil, tem o dever de garantir o desenvolvimento integral da criança, respeitando seu tempo de crescimento, ampliando as práticas pedagógicas as suas necessidades e considerando o direito de aprendizagem dos pequenos. O cuidado e a educação, são realizados diante de uma intrínseca relação, compreendendo que não se educa sem cuidar, e nem se cuida sem educar. Este binômio revela a complexidade da atuação na prática docente em instituições de educação infantil para articular o cuidar/educar como ações que se complementam e se ampliam, refletindo em ações pedagógicas que considerem a criança como ser global.

Pensar como os educadores reagem diante das práticas e concepções pedagógicas é importante para a realidade de instituições infantis, e para a formação de futuros pedagogos. Neste dilema surge questionamentos como: O cuidado e a educação estão sendo realizados como ações indissociáveis e de maneira simultânea? Como os educadores pensam e realizam o cuidar e educar em seu cotidiano? Os educadores planejam suas atividades e repensam/refletem as suas práticas pedagógicas, garantindo o direito das crianças?

A reflexão da prática pedagógica do educador é fundamental para o planejamento de atividades intencionais pensadas a partir da realidade de cada criança. O professor precisa repensar as suas ações e estabelecer objetivos dentro de seu planejamento observando, registrando e avaliando sem o objetivo de promoção, mas considerando como cada criança produz o seu conhecimento, não comparando-as entre si, mas comparando com si mesma e estabelecendo quais

conhecimentos foram construídos, elaborados e ressignificados durante o processo de aprendizagem.

Assim, o tema escolhido para este trabalho surgiu durante a disciplina de Estágio Supervisionado II – Educação Infantil do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI), na cidade de João Pessoa. O estágio contribuiu para a observação da qualidade do atendimento oferecido e a análise de como a instituição visualizava a concepção do ser criança. Nas reflexões do estágio elencou-se a curiosidade no tema escolhido, contribuindo para uma inquietação de como são realizadas as práticas de cuidar e educar nas instituições infantis pelos docentes e como contribuem para o desenvolvimento integral da criança.

Nas observações do estágio, percebeu-se que momentos que poderiam ser utilizados para apreciação do cuidar/educar, passavam despercebidos diante de uma rotina aglutinada de atividades e com horários restritos a serem seguidos, distanciando a oportunidade de direitos como brincar, participar, explorar, expressar, conviver e de autoconhecimento da criança. A falta de pesquisa e de comunicação sobre informações da criança, com objetivo de conhecer suas necessidades, experiências e dificuldades, problematiza a prática dos professores, ainda mais se as ações de cuidar e educar não forem interiorizadas e refletidas diante da frequente relação entre os adultos-crianças, e entre crianças-crianças. É preciso refletir as ações praticadas, e reconhecer a necessidade da busca de informações sobre a realidade de cada criança, com o objetivo de promover vivências atrativas, de acordo com a idade, contribuindo para o pleno desenvolvimento infantil.

O desenvolvimento desta pesquisa pode ser importante no âmbito científico, contribuindo para a construção de novos conhecimentos acerca das ações de cuidar e educar nas instituições de educação infantil, como práticas interligadas que priorizam o desenvolvimento completo da criança em seus aspectos, cognitivos, físicos, emocionais e sociais, contemplando como os docentes refletem/reconsideram suas práticas pedagógicas perante as especificidades da criança. No campo social o tema debatido é relevante para os educadores, contribuindo no estudo da indissociabilidade das ações de cuidar e educar, no contexto das crianças, nas interações com o eu e com o outro e nas brincadeiras (direcionadas ou não-direcionadas). No aspecto social também se destaca a reflexão ao ato de planejar

como uma ferramenta de acompanhamento do que a criança desenvolveu e do que o professor pode melhorar em seu exercício docente.

Considerando o exposto, o problema de pesquisa foi construído diante do seguinte questionamento: como os docentes vivenciam e refletem as ações de cuidar e educar em sua prática na educação infantil de forma simultânea e de que maneira os direitos de aprendizagem da criança são garantidos nessas ações?

Para responder essa questão, elencamos como objetivo geral: Analisar as práticas docentes refletindo sobre as ações de cuidar e educar vivenciadas com às crianças na educação infantil.

O objetivo foi ampliado nos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os saberes dos educadores nas relações de cuidar e educar, observando como vivenciam as ações na educação infantil;
- b) Verificar se as ações de cuidar e educar são realizadas simultaneamente e indissociavelmente;
- c) Identificar como ocorre o planejamento pedagógico na perspectiva do cuidar/educar e se essas ações são repensadas a partir da prática.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro capítulo as considerações iniciais; o segundo capítulo descreve o histórico da Educação Infantil, apresentando o contexto internacional e brasileiro, realizando o levantamento de documentos e leis que estabelecem a Educação Infantil como direito da criança. No terceiro capítulo é abordado o tema do trabalho que são as concepções e as práticas docentes nas ações de cuidar e educar na educação infantil, historiando e definindo os significados das funções e, em seguida, apresentando uma reflexão de como trabalhar as práticas de cuidar e educar como ações indissociáveis. O capítulo quatro se constitui da metodologia e da coleta de dados através da observação e do questionário da pesquisa de campo, realizando no quinto capítulo uma análise teórica e interpretação dos dados e finalizando com as considerações finais do trabalho.

## 2. EDUCAÇÃO INFANTIL: histórico no contexto internacional e nacional

Durante anos a criança era vista como um objeto, um adulto em pequena estatura. Cuidada exclusivamente pela família, a criança tinha por função aprender as normas e tradições constituídas culturalmente, ao longo das gerações. Não havia um termo para designar a infância, e também não se respeitava a criança. Muitas vezes às crianças eram abandonadas, sem nenhum tipo de atendimento às suas necessidades, que eram peculiares as dos adultos, e não havia um entendimento de suas particularidades. Nesse sentido havia uma falta de percepção do ser criança.

A desigualdade em relação à classe social também contribuía para o reforço de uma sociedade injusta. Segundo Oliveira (2011, p. 58),

Logo após o desmame, a criança pequena era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para ter atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas, em que aprendia o básico para sua integração no meio social. Nas classes sociais mais privilegiadas, às crianças eram geralmente vistas como objeto divino, misterioso, cuja transformação em adulto também se fazia pela direta imersão no ambiente doméstico. Nesses casos, paparcos superficiais eram reservados à criança, mas sem considerar a existência de uma identidade pessoal.

Diante da realidade apresentada, pode-se observar que a criança não era vista como um sujeito de direitos, e os adultos não consideravam o tempo de desenvolvimento de cada criança, que deveria ser respeitado durante toda a vida infantil.

Com a grande precariedade na saúde e higiene das crianças, além de grande abandono dos pequenos por falta de recursos das famílias de classes pobres, o índice de mortalidade infantil cresceu, trazendo consigo grandes consequências. De acordo com Guimarães (2017, p. 83),

A ausência da compreensão da especificidade do tempo de ser criança explica em boa parte o atendimento precário às crianças; o descaso com o alto índice de mortalidade infantil devido ao perigo constante de óbito pós-natal e às péssimas condições de saúde e higiene da população em geral e das crianças, em especial, em vários momentos da história.

Desamparada, sem atenção, cuidado e direitos, a criança nascia, nessa época, em uma sociedade, onde os próprios genitores as abandonavam, por falta de recursos

econômicos, de uma sociedade imersa pela desigualdade e por uma estrutura política pautada na exclusão social.

## 2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA EUROPA

Na região europeia, existia um grande crescimento do comércio, nos séculos XV e XVI, com isso acontecia o aumento da urbanização das cidades e os trabalhos com máquinas caseiras e trabalhos manuais. O aumento de fábricas trazia consigo a consequência de homens e mulheres no trabalho fabril para o auto sustento. Com isso, a infância era prejudicada, e em busca de solução para essa situação, principalmente com a população infantil, que muito sofria, criam-se serviços de atendimento organizado por mulheres como afirma Oliveira (2011, p. 60):

Em resposta a essa situação, foram se organizando serviços de atendimento, coordenados por mulheres da comunidade, às crianças pequenas abandonadas por suas famílias ou cujos pais trabalhavam em fábricas, fundições e minas originadas na Revolução Industrial, que se implantava na Europa ocidental.

Consequentemente foram se incorporando instituições infantis, de características filantrópicas, com o pensamento de melhores condições para o desenvolvimento das crianças de 2 e 3 anos. Essas instituições, criadas em alguns países europeus, eram de natureza religiosa, apesar de não possuírem uma proposta pedagógica formal, possuíam atividades ligadas aos bons costumes, regras morais e valores religiosos.

Segundo os fundadores das instituições a criança já nascia do pecado, portanto a família possuía o dever de corrigi-las e quando não o fazia, competia à sociedade essa incumbência. Essas escolas eram fundamentadas no conceito da autodisciplina. Ainda existiam instituições para crianças acima de 3 anos, filhos de mulheres operárias, cuja preocupação principal do que deveria ser ensinado era a obediência, moralidade, bons costumes, devoção e valor do trabalho (OLIVEIRA, 2011). A criação das instituições foi de grande importância para a época, pois diminuiu-se o índice de mortalidade infantil.

A partir dos séculos XVIII e XIX, a educação era tomada como eixo principal para o desenvolvimento social, e a criança passava a ser olhada com maior interesse pelo adulto. A criança começava a ser vista como um indivíduo que necessitava de

cuidados, maior expectativa e preparações para introduzir-se ao mundo dos adultos, neste sentido a escola era um mecanismo essencial, mas cabe ressaltar que estas crianças seriam as de famílias ricas, para o sistema da elite política; a educação para crianças pobres era desnecessária para a sociedade, destinando-se às crianças menos favorecidas o compadecimento e o ensino de alguma ocupação.

Contra os pensamentos da elite social para a educação das crianças pobres, e defendendo o direito universal da educação, com garantia dos mesmos direitos para as classes desfavorecidas, alguns pioneiros da educação como Comênio, Rousseau, Montessori, Froebel e Pestalozzi começavam a pensar na criança, destacando um sistema de ensino mais direcionado a ela. Estes autores afirmavam que às crianças possuíam necessidades particulares, distanciada das características adultas (OLIVEIRA, 2011).

A partir do século XVIII, o desenvolvimento infantil ganhava novas ferramentas em auxílio para o seu crescimento, a exemplo disso pode-se descrever o manuseio de objetos e a brincadeira como forma de explorar o mundo, o incentivo a estimulação dos sentidos e da imaginação como ferramentas para o desenvolvimento dos pequenos e auxílio no processo de aprendizagem.

Em uma síntese Oliveira (2011) destaca alguns autores como fonte de inspiração e mudança na educação, na Europa, como Comênio (1592-1670), bispo protestante checo e educador, que defendia uma educação elaborada dentro de tempo e espaços organizados e planejados, onde o aprendizado deveria acontecer em um diversificado campo de conhecimento, sendo usados materiais pedagógicos e diferentes atividades, como recurso para a aprendizagem.

Outro autor era Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que defendia uma educação de liberdade ao ritmo natural, de contato com a realidade, sendo a criança a construtora do seu próprio conhecimento. Ele enfatizava a progenitora como instituições de educadora natural, e combatia preconceitos, autoritarismos e a violência dentro do ensino.

Os pensamentos de Rousseau contribuíram para os conceitos de Pestalozzi (1746-1827) que defendia a caridade e a bondade, cuidando da educação e dos valores afetivos, em conjunto com a família, desde o nascimento das crianças. Para ele, o desenvolvimento infantil deveria acontecer de acordo com as experiências das crianças, além do uso dos sentidos como forma de vivenciar o mundo.

As ideias de Pestalozzi deram encaminhamento aos pensamentos de Froebel (1782-1852), que argumentava uma educação livre para o aprendizado de si e do mundo, que tinha como influência propostas educativas com atividades de jogos e cooperação, que estimulavam a observação e soluções de problemas. Segundo Guimarães (2017), Froebel foi o fundador do primeiro Jardim de Infância na Europa:

O Jardim da Infância ou *Kindergarten* se inspirava nas ideias do filósofo alemão Friedrich Wilhem August Froebel e tinha como objetivo e prática educar os sentidos das crianças e despertar o divino existente na essência da alma humana. Com esse intuito, as professoras, que eram nomeadas como “jardineiras”, deveriam ser especialistas para saberem empregar jogos, cantos, danças, marchas e pinturas como estímulos à aprendizagem infantil (GUIMARÃES, 2017, p. 98)

Com concepção mística e influenciada em uma filosofia espiritualista, Froebel compunha uma teoria ligada à natureza da alma, onde às crianças seriam plantas que ao adubadas e colocadas em ambientes que lhes oferecessem boas condições, estas brotariam e desenvolveriam sua divindade interior com coragem e amor.

O século XX, na Europa, iniciava-se com passos largos para a educação infantil, crescia o interesse pelas necessidades da criança. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, grande parte da população se encontrava em um estado de grande fatalidade, os resquícios da guerra traziam consigo o aumento de crianças desamparadas, sem lares e familiares, além de acidentes ambientais. Aumentava-se a preocupação com a higienização em decorrência da guerra, objetivando acabar com a mortalidade infantil. Daí a importância da medicina nessa época, para a educação infantil.

Nesse sentido, dois grandes médicos fizeram história na educação por seus interesses nas crianças pequenas e de classe social pobre. O primeiro médico a se destacar foi Ovídio Decroly (1871-1932), defensor do ensino ligado ao intelecto, que apresentava um ensino com a utilização total do intelecto. Através de objetos concretos, poderia realizar a análise, baseando-se em três eixos: observação, associação e expressão. A segunda médica é Maria Montessori (1879-1952), que foi uma das principais autoras a defender as propostas sistematizadas para a educação infantil. Montessori acreditava em uma pedagogia científica da criança, onde a educação tivesse o interesse com o desenvolvimento da espiritualidade. Seu principal

marco foi a construção de materiais moldados para a utilização sensorial, motora e da inteligência (OLIVEIRA, 2011).

Surge no campo da Psicologia alguns autores como Piaget, Vygotsky, Wallon e Freinet que contribuíram com a mudança em relação à educação infantil. Piaget foi um grande colaborador nas pesquisas com às crianças, acreditava na criança como ser pensante, construtora de seu próprio conhecimento. Piaget criou a Epistemologia Genética, onde ele estudou a gênese psicológica do pensamento humano. Vygotsky, defendia que a formação humana se dava através do sujeito e da sociedade a sua volta, onde o indivíduo transformava e ao mesmo tempo era transformado pelo ambiente. A aprendizagem para Vygotsky era constituída em conjunto com o desenvolvimento, segundo a teoria quanto mais se aprende, mais o indivíduo se desenvolveria.

Outro autor que contribuiu no avanço da educação infantil foi Wallon, que defendia a criança como ser substancialmente emocional. Para Wallon o desenvolvimento é composto de uma formação biológica e em seguida o social toma maior proporção, sendo de grande importância para que a criança se desenvolva. Freinet acreditava que o desenvolvimento da criança se dava a partir das experiências vividas em seu meio natural, que resultaria em atividades e técnicas, as quais seriam realizadas por grupos de crianças, assim desenvolvendo o senso de coletividade.

Na década de 50 surge um discurso de maior preocupação e reconhecimento com a criança. Dentro desse contexto percebe-se que mesmo com o avanço na perspectiva infantil, os resquícios decorrentes da Segunda Guerra Mundial resultam em um crescente índice de mortalidade infantil, trazendo uma comoção internacional, quanto a situação da criança, que se encontrava em uma circunstância de grande abandono. No contexto da segunda guerra mundial, muitos pais deixam seus lares e vão lutar, conseqüentemente as famílias se veem sozinhas e sem recursos financeiros para o auto sustento, ocasionando a mortalidade de crianças, por causa da fome e o desamparo de crianças por falta de recursos. Desse modo, o abandono pela fome no período da guerra, e o abandono após a guerra, resultado da desestruturação das famílias.

Todas as ideias decorridas nesse histórico internacional, contribuíram para visualizar a criança com um novo olhar, respeitando e preocupando-se com a infância.

A concepção dos autores surge como um grande avanço quanto ao pensamento infantil, a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial, aumenta-se a preocupação com a infância, e a importância do direito da criança. Nesse cenário, no ano de 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança é aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Europa e Estados Unidos passam a expandir o sistema de educação infantil, influenciando em teorias de desenvolvimento da criança, e valorizando a brincadeira como um recurso pedagógico. Com o crescimento do movimento de pesquisas sobre o desenvolvimento infantil muitas universidades passaram a criar escolas maternas como espaço de laboratório para estudantes.

Realizando o histórico internacional da educação infantil, percebeu-se a evolução ao pensamento da infância e a contribuição que os estudos teóricos trouxeram para a disseminação de um moderno olhar para a criança. Influenciando outros países na tentativa de reconhecer o direito da criança, o cenário internacional atribuiu grande influência no Brasil, que buscou reproduzir a educação internacional com o passar do tempo.

## 2.2 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO

A educação infantil no Brasil seguiu grande parte do contexto internacional, com peculiaridades próprias do país. Ao iniciar o contexto brasileiro com o descobrimento do Brasil e a chegada dos portugueses, os serviços destinados à criança ficaram restritos aos jesuítas, que vieram em seguida aos portugueses. O objetivo era civilizar os índios e convertê-los ao Cristianismo da época. Sintetizando este período que se inicia a partir dos anos de 1500, pode-se rotular a época como o marco da história da educação, onde a religião era predominante e a criança era vista como uma folha em branco, onde o adulto escreveria e o pequeno seguiria tais instruções de disciplina e obediência.

O século XVI é característico por não haver um pensamento formado quanto a infância. Este momento inicial da história do Brasil também é marcado pela desigualdade social, entre os brancos e os índios, conforme Ribeiro (1993, p. 22), a distinção no plano de ensino, “Não tinha, inicialmente, de modo explícito, a intenção de fazer com que o ensino profissional atendesse à população indígena e o outro à

população 'branca' exclusivamente". Portanto, para os índios a educação era pautada em um atendimento ligado ao trabalho, como forma lucrativa para os portugueses, e os filhos brancos, teriam uma educação regulamentada na cultura europeia.

No período escravista, os filhos dos escravos ao atingir cinco anos de idade, seguiam para o trabalho com os pais para aprender algo que pudesse trabalhar. Nessa época criou-se as primeiras Santa Casa da Misericórdia, que recebiam crianças abandonadas e filhos de escravos. Com a intenção de escravos deixarem seus filhos, ao invés de abandonarem ou deixarem desamparados na rua. Nestas casas, existiam uma roda, conhecida como a Roda dos expostos, de acordo com Paschoal e Machado (2009, p.82) a roda era um dispositivo onde "a criança era colocada no tabuleiro pela mãe ou qualquer outra pessoa da família; essa, ao girar a roda, puxava a corda para avisar a rodeira que um bebê acabava de ser abandonado, retirando-se do local e preservando sua identidade".

A roda dos expostos foi o primeiro registro de atendimento à criança pequena, que inicialmente serviu para a diminuição da mortalidade infantil porém, segundo Guimarães (2017, p.87), aconteceu que, "no séc. XVIII era comum a morte de muitas crianças abandonadas na "roda" devido à ausência de condições mínimas de higiene e saneamento na Santa Casa, sendo que as sobreviventes eram entregues a "criadeiras externas"". Os municípios brasileiros, entregavam uma verba para que mulheres amas de leite, cuidassem dessas crianças, até uma designada idade. O governo não participava com assistência, incumbindo a igreja no cuidado com às crianças, que dedicava um atendimento em forma de caridade. Ainda no século XVIII, o atendimento à criança é marcado pelas salas de asilos franceses, que se acomodaram com intenções de guardar grandes quantidades de crianças, frutos de relacionamentos ilegítimos entre senhores e escravas, com objetivo de alugarem as escravas como mães de leite (GUIMARÃES, 2017).

Com a abolição da escravatura no Brasil, durante o século XIX, os filhos dos escravos não mais seguiam o destino de seus pais, o que ocasionou em grande abandono e mortalidade infantil, pela falta de cuidados das famílias que necessitavam de trabalho para a sobrevivência, o que ocasionou grandes problemas para a sociedade. Em busca de soluções organizações filantrópicas criaram instituições nomeadas de creche, asilos e internatos com,

[...] o objetivo de atender às crianças pobres, aquelas que estavam nas ruas, ou porque seus pais/familiares eram operários das indústrias e não tinham onde deixá-las, ou porque eram órfãs/abandonadas, enfim, a própria origem da creche tem um sentido de assistência, de política emergencial/pontual, portanto, ela surge já com o objetivo de atender determinada população, às crianças pobres filhas das mães trabalhadoras. (MACEDO; DIAS, 2012, p. 3269)

O atendimento a criança de classe baixa no Brasil se iniciou com características assistencialistas, objetivando auxiliar e cuidar das crianças, filhos de mulheres viúvas, trabalhadoras e órfãos que se encontravam em abandono por seus familiares. Em contrapartida, as classes mais abastadas, com o pensamento de modernização, destinavam às crianças os jardins de infância, que sofreram críticas por alguns políticos da época, como uma instituição de guarda de crianças, assemelhando-os aos asilos franceses. Em contrapartida estudiosos visavam a ideia como fonte de desenvolvimento infantil, influenciada pelo Movimento da Escola Nova, induzida pelos americanos e europeus. Durante esse período,

[...] eram criados, em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, os primeiros jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas e, apenas alguns anos depois, os primeiros jardins de infância públicos, que contudo, dirigiam seu atendimento para às crianças dos extratos sociais mais afortunados, com o desenvolvimento de uma programação pedagógica inspirada em Froebel (OLIVEIRA, 2011, p. 93).

Nesse momento da história percebeu-se que a infância ganha reconhecimento, porém às crianças pobres não eram alcançadas com tais benefícios, o que gerava grande preocupação, diante da realidade em que as classes populares se encontravam.

No Rio de Janeiro em 1885, aconteceu uma Exposição Pedagógica que solicitava a implantação de jardins de infância para as classes populares. Na exposição foram criados comitês para auxiliar as demandas dos jardins de infância, que eram confundidos ora com os asilos franceses, ora vistos como perigosos por consequência de uma escolaridade precoce e considerados prejudiciais as famílias, pela separação antecipada entre às crianças e o ambiente doméstico (OLIVEIRA, 2011).

Em 1899 é fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, seguido pela criação do Departamento da Criança, que tinha como objetivo acabar com o trabalho das mães que eram voluntárias e cuidavam de filhos de trabalhadoras em situações

precárias, também amparavam mulheres grávidas e crianças desamparadas, preocupando-se com a saúde pública. O instituto tinha por função a fiscalização e fora criado por uma ação governamental, que era mantida por doações, que com o passar do tempo se constituiria em um departamento de iniciativa de assistência científica à infância.

A proclamação da República apresentava grandes mudanças no cenário econômico, com a construção de fábricas que acarretou no aumento de trabalho feminino, devido aos homens estarem na lavoura, surgindo o aumento na criação de escolas infantis.

Devido a muitos fatores, como o processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.83)

Com a chegada dos imigrantes europeus, os movimentos operários ganharam força na busca de melhorias no trabalho, eles reivindicavam mudanças nas condições trabalhistas, salariais e em uma menor jornada de trabalho. Pensando em soluções para a diminuição da força do movimento operário, donos de fábricas apresentavam vantagens, criando fundações de vilas operárias, clubes esportivos e creches e escola maternais como forma de conter os trabalhadores, e controlá-los fora das fábricas, resultando em vantagens lucrativas para os empresários. Nesse momento crescia as instituições infantis de cunho privado, com intenções de cuidado e assistência, atendendo a necessidade da mulher trabalhadora, sem a preocupação da inserção de educação nas creches.

As conquistas adquiridas nesse período, foram resultados de conflitos entre operários e os donos de indústrias, que ao passar do tempo seguiriam conduzidas pelo Estado, por órgãos governamentais na criação de escolas maternais, parques infantis e creche. Em 1923, o trabalho da mulher foi regulamentado, isso contribuiu para instalações de creches e salas para a amamentação próximas dos setores de trabalho.

A década de 20 foi marcada com avanços na esfera educativa, chegando a década de 30 com avanços na criação do Ministério da Educação e de Saúde Pública,

Em 1922, no âmbito do 1º Congresso de Proteção à infância, houve a solicitação para a ação das autoridades governamentais. Em 19 de novembro de 1930, o Decreto n. 10.402 criou o Ministério da Educação e de Saúde Pública. Deste modo, naquele ano, o atendimento pré-escolar já contava com a participação direta da esfera pública. Assim ocorreu em consequência de reformas jurídico-educacionais que pretendiam atender à nova ordem legal da educação: pública, gratuita, e para todos, tanto quanto acatar à crescente pressão por direitos trabalhistas em decorrência das lutas sindicais da então nova classe trabalhista brasileira. (GUIMARÃES, 2017, p.103)

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, buscava uma educação de qualidade, e que favorecessem toda população. Na década de 20, no ano de 1922, no Rio de Janeiro, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. De acordo com Oliveira (2011, p.97) foram debatidos “temas como a educação moral e o aprimoramento da raça, com ênfase no papel da mulher como cuidadora”. O congresso marcou as primeiras regulamentações para o atendimento de crianças pequenas, nas escolas maternais e nos jardins de infância.

No ano de 1923, o Manifesto Pioneiro da Escola Nova, aparecia como o documento que requisitava uma educação pública para todos, uma escola única, laica, gratuita e obrigatória. O texto produzido pelos escolanovistas previa uma educação integral, era uma luta pela construção cultural, educacional e de saúde da criança. O movimento renovava o pensamento da educação, como forma de mudar o país, porém as ideias que foram propostas só beneficiariam as classes elitizadas, com inovações dos jardins de infância. Considerando os pensamentos dos escolanovistas alguns educadores brasileiros como o Mário de Andrade, no estado de São Paulo, destinou a criação de ambientes para às crianças de classes populares, como os parques infantis, baseados nos jardins de infâncias.

Os debates ocorridos na época sobre uma renovação na educação, foram direcionados mais para os jardins de infância, que atendiam a crianças de famílias ricas, deixando os parques infantis sem prestígios, que era onde às crianças de camadas populares recebiam as propostas de trabalho educacional, que distanciavam dos conceitos da Escola Nova. O surgimento de novos jardins de infância e cursos para formação de professores beneficiaram as camadas abastadas.

A industrialização e a urbanização crescente trouxeram o aumento populacional das cidades, acarretando falta de infraestrutura urbana que atendesse a toda população, correndo o risco de epidemias nas cidades. Com preocupação com as

famílias operárias, as creches surgem com a visão sanitaria de cuidados com os filhos dos operários, que viviam em ambientes insalubres e se caso adoecessem não poderiam produzir para as indústrias. Pensando em ações para a diminuição de doenças, em 1923 foi criada a fundação da Inspetoria de Higiene Infantil, que em 1934, foi transformada em Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (OLIVEIRA, 2011).

A era do governo Vargas (1930 – 1945), conhecido como o Estado Novo, aconteceu com progressivas mudanças na época, como a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que em 1943, que articulou algumas escritas para o atendimento aos filhos dos operários, facilitando a amamentação durante o período de trabalho e a implementação de creches para as empresas que possuíssem mais de 30 funcionários, acima de 16 anos de idade (GUIMARÃES, 2017).

Durante as décadas de 1940 e 1950 pode-se destacar, segundo Kuhlmann Jr (2000, p. 9),

O parque infantil, na década de 1940, expande-se para outras localidades do país como o interior do estado de São Paulo, o Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Recife e Rio Grande do Sul. Em 1942, o DNCr projeta uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só: a Casa da Criança. Em um grande prédio seriam agrupados a creche, a escola maternal, o jardim-de-infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente, um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola, para o ensino do uso da terra. Os médicos do DNCr não se ocuparam apenas da creche, mas de todo o sistema escolar, fazendo valer a presença da educação e da saúde no mesmo ministério, só desmembradas em 1953, quando o DNCr passa a integrar o Ministério da Saúde até o ano de 1970, quando é substituído pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil.

Nesse período, foram realizadas orientações de textos oficiais, como forma de recomendação para as creches e jardins de infâncias se apropriarem de materiais educacionais, porém o atendimento as instituições continuavam a ser assistencialistas.

O século XX, iniciou com a promulgação, em 1959, da Declaração Universal dos Direitos da Criança, divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que declarava a criança como um sujeito de direitos, fornecendo a sociedade e as autoridades públicas o dever de garantir o direito a educação, saúde, lazer e segurança. A plenitude da declaração, causou a valorização da infância e a dignidade da criança, favorecendo melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla,

que contribuiu para a criação, no ano de 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), que incluía os jardins de infância no sistema de ensino, segundo os artigos 23 e 24. A lei em prática pouco funcionou, mesmo com o aumento de creches e pré-escolas as ações de respeito à criança como um sujeito de direitos, ainda não eram vivencias pelas entidades de atendimento.

Os anos pós-1964 era marcado pelo assistencialismo, e com a aprovação de uma nova lei trabalhista, as empresas e novas entidades realizavam o atendimento aos filhos das trabalhadoras, sem comprometimento educativo, prevalecendo a guarda das crianças. Na época o poder público deveria realizar fiscalizações periódicas, porém isso não acontecia o que gerou novos problemas ligados a educação compensatória. No ano de 1967, o Departamento Nacional da Criança propôs o Plano de Assistência ao Pré-Escolar, com influência da Unicef, com a intenção de:

[...] uma política de ajuda governamental às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo a iniciativas comunitárias, por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo, desenvolvidos por pessoal leigo, voluntário, com envolvimento de mães que cuidavam de turmas de mais de cem crianças pré-escolares. (OLIVEIRA, 2011, p. 108)

Essas entidades, eram técnicas em seu trabalho com o atendimento às crianças, com uma educação sistematizada para os parques infantis e escolas maternais, que compensariam as carências culturais, com o objetivo da diminuição da reprovação escolar durante o ensino obrigatório. Foi publicada em 1971 uma nova legislação, a Lei nº 5.692, que redimensionou o ensino para às crianças de idade inferior aos 7 anos, nas escolas maternais, jardins de infância e demais instituições.

A década de setenta e oitenta foi marcada pela luta de trabalhadores operários em busca de melhorias trabalhistas e de reivindicações de ambiente que pudessem deixar seus filhos, enquanto trabalhavam. A característica do atendimento a criança nesse período era de uma educação compensatória, baseada na classe popular, que fora percebida, pela abordagem da “privação cultural”, que segundo Paschoal e Machado (2009, p. 84) significava que o “atendimento à criança pequena fora do lar possibilitaria a superação das precárias condições sociais a que ela estava sujeita. Era a defesa de uma educação compensatória”. A educação compensatória de acordo com Kramer (2006, p.799), visava “à compensação de carências culturais, deficiências

linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares”. Segundo afirma Kramer (1982, p. 54),

As experiências compensatórias mencionadas deveriam ocorrer na escolarização formal, mas sobretudo no período imediatamente anterior ao ingresso no sistema de ensino regular, ou seja, na pré-escola. Esta última passa então a ser proclamada como a resposta que irá solucionar os problemas da escola de 1º grau.

Com a intenção de suprir as carências das crianças a abordagem da privação cultural, se delineava na defesa de solucionar os problemas provenientes da educação, pautando-se na defesa de que a pré-escola resolveria as deficiências cognitivas das crianças, assim contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Nesse contexto, era possível observar o distanciamento dos objetivos de creche e pré-escola.

Com a entrada da mulher da classe média no mercado de trabalho, houve uma construção em massa de creches e pré-escolas nas redes particulares, que se preocupavam em melhorar intelectualmente a educação de seus filhos. Novos valores pedagógicos foram instituídos e direcionados para os aspectos emocionais, sociais e cognitivos das crianças. Contrariamente ao ensino privado, as camadas populares continuariam com o atendimento de assistência e de compensação.

Diante de diálogos/debates sobre em qual tipo de atendimento a pré-escola estava fundamentada, assistência versus educação, em 1977, era criado por um programa nacional de educação pré-escolar, o Projeto Casulo, que segundo Guimarães (2017, p. 114).

[...] oferecia atendimento de cuidados higiênicos, nutricionais, médico e odontológico para crianças de até seis anos de idade. Tinha o objetivo de cuidar das crianças de zero a seis anos por um período de quatro a oito horas diárias, para que as mães pudessem trabalhar.

Esse projeto contribuiu para liberar mães trabalhadoras, que buscavam o aumento da renda familiar. O atendimento do projeto era regulado apenas no cuidado, guarda e apoio nutricional para às crianças pobres.

Era notável as distinções que existiam nos contextos das camadas sociais, e marcante a desigualdade com o desfavorecimento para as camadas pobres, que eram destinadas as ideias de propostas assistenciais e deficientes, sem consistência

pedagógica no desenvolvimento da criança, e as classes abastadas possuíam propostas que preservavam o desenvolvimento infantil, dentro de uma educação que idealizava a sociabilidade e criatividade dos pequenos.

Na busca de uma educação que atendessem a todos, independentemente da classe social, foram criadas regulamentações no âmbito legislativo para o trabalho oferecidos às crianças.

### 2.3 OS DIVISORES DE ÁGUA: um novo tom na educação infantil brasileira

O atendimento a infância durante um longo período da história, foi caracterizado por um atendimento compensatório e de assistência, que era oferecido para às crianças de famílias pobres e filhos de trabalhadores. Com a intenção de romper com a lacuna que se formava socialmente e politicamente de desigualdade aos atendimentos proporcionados aos pequenos, creches e pré-escolas necessitavam de um novo olhar na intenção de reelaborar o pensamento pedagógico, reformulando ações que oferecessem não só a guarda e cuidado, mas que incorporasse aspectos cognitivos, físicos, sociais e emocionais durante a infância.

Na luta de uma escola pública acessível para todos, diversos movimentos sociais e feministas lutavam por creches, e por consequência destes enfrentamentos se possibilitou a conquista da Constituição Federal de 1988 que reconheceu creches e pré-escolas como um direito da criança e dever do Estado:

**Art. 205** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, CF, 1988).

A Constituição de 1988 ainda garante no artigo 208 e inciso IV o “atendimento, em creche e pré-escola, às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). Depois da Emenda Constitucional, nº 53 de 2006, o inciso IV, do artigo 208 sofre uma alteração de não apenas fornecer atendimento, mais de garantir uma educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

A década de 90, ficou marcada pelo reconhecimento dos direitos da criança e dos adolescentes, com o surgimento de legislações para a infância. Em 1990, se estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei nº 8.069, que

detalhava a proteção integral de crianças e adolescentes, reforçando o dever da família, sociedade e do poder público de garantir os direitos das crianças e adolescentes.

Nos anos seguintes, discussões sobre a educação infantil entravam em debates contínuos, colaborando para a formulação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que movimentou setores educacionais, conforme Oliveira:

[...] na Câmara de Deputados e no Senado Federal impulsionou diferentes setores educacionais, particularmente universidades e instituições de pesquisa, sindicatos de educadores e organizações não governamentais, à defesa de um novo modelo de educação infantil.

Nesse período, a Coordenadoria de Educação Infantil (Coedi) do MEC desenvolveu, por meio da promoção de encontros, pesquisas e publicações, importante papel de articulação de uma política nacional que garantisse os direitos da população até 6 anos a uma educação de qualidade em creches e pré-escolas. (OLIVEIRA, 2011, p.117)

Com a aprovação da nova LDBEN, Lei nº 9.394/96, novos rumos foram tomados para a educação brasileira, podendo destacar a educação infantil, que passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica, conforme o artigo 29,

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, LDBEN, 1996)

Buscando compreender os diversos aspectos de desenvolvimento da criança, esta aprovação se estabelece com a intenção de abranger o pensamento em torno da creche, atribuindo o cuidado e a educação como fatores que se interligam durante as práticas vivenciadas nas instituições de educação infantil. A educação básica, nesse período ganhava um novo olhar em seu conceito, sendo constituída pelas etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A Lei nº 9.394/96, tem como função a regulamentação de instituições de setores privados e públicos, da educação básica ao ensino superior, garantindo e reforçando os direitos já estabelecidos pela Constituição Federal, além de detalhar em seus nove títulos os deveres educacionais para as instituições e para os profissionais, entre outros saberes que podem ser citadas do documento como exemplo. A LDBEN orienta novas práticas e organizações pedagógicas, responsabilizando a educação infantil em

suas regulamentações e criando melhor visualização de como são distribuídos os gastos das instituições pelos gestores.

Outros documentos foram elaborados na tentativa de regulamentar o direito da criança, estes documentos são citados por Guimarães (2017, p. 130):

[...] Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998; 2009<sup>a</sup>), Subsídios para o Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 1998), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006<sup>a</sup>), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006b), Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2006c), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009b), Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (BRASIL, 2009c), e outros.

Os documentos citados, contribuíram/contribuem para a evolução e reformulação das instituições de educação infantil, contemplando como fator principal a criança, considerando suas especificidades e experiências para o pleno desenvolvimento.

O RCNEI, por exemplo, que foi um documento criado pelo MEC, que possui uma proposta aberta, sem cumprimento obrigatório e de caráter flexível, que apresenta metas de qualidade e reflexões de objetivos, conteúdos e orientações didáticas para as instituições de todo o país, atribuindo ações que podem ser tomadas como forma de melhorar a educação infantil, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança. Esse documento ainda enfatizava a educação e o cuidado como funções que devem ser incorporadas em sua prática, sendo assim “Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica”. (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 24). Também destaca a necessidade de atividades em forma de brincadeira e direcionadas por situações pedagogicamente intencionadas/elaboradas.

Em 1999, foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB n° 22/98 e Resolução CNE/CEB n° 01/99), que são indicadores governamentais, que estabelecem procedimentos, princípios e fundamentos para as instituições de educação. Esse conjunto de definições, orientam as instituições na avaliação, organização, articulação e no desenvolvimento de propostas pedagógicas, além de

nortear o planejamento curricular. As Diretrizes destacam o cuidar e educar como ações indissociáveis no processo educativo e baseando-se nos direitos da criança a educação, percebendo-a como um sujeito ativo. Em 2009, essas Diretrizes foram reformuladas e foi aprovada a Resolução 05/2009 que estabelece novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009)

As Diretrizes estabelecem no artigo 4, Resolução CNE/CEB n° 05/09:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1).

A importância adquirida à criança como um sujeito sócio-histórico que é integralmente ativo na sociedade, avança em relação a imagem histórica da infância, onde a criança era vista como um objeto.

Em 2001, a Lei n° 10.172/2001 - Plano Nacional de Educação (PNE), foi elaborado com a intenção de alcançar melhorias para a educação, englobando todos os níveis de ensino. O PNE tinha como objetivo melhorar a qualidade do ensino, elevar o nível de qualidade da escolaridade da população, democratizar a participação de profissionais da educação no projeto pedagógico e de comunidades escolar e local em conselhos escolares e pretendia diminuir a desigualdade social e regional quanto ao acesso e permanência de crianças e adolescentes no decorrer do ensino público.

Em 2014 um novo Plano Nacional de Educação (2014-2024) foi instituído, com a intenção de até o ano de 2016 universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças na faixa etária de quatro a cinco anos de idade, ampliando a Educação Infantil em creches, de maneira atender 50% das crianças, no mínimo, com a idade de até três anos até o fim da vigência do plano, porém as metas estabelecidas pelo PNE, não se sustentaram por inteiro em suas efetivações (GUIMARÃES, 2017). O PNE colaborou para a valorização da Educação Infantil, diante das dificuldades para o alcance dos objetivos e metas até as vigências estabelecidas, esses documentos fortaleceram a luta por melhorias na qualidade de ensino, valorização e formação dos educadores, oferta, atendimento e acesso as instituições e na contribuição dos recursos financeiros destinados à educação de crianças.

Em 2006, o Ministério da Educação e Cultura produziu a Política Nacional de Educação Infantil, que atribuía a educação e o cuidado de crianças de 0 a 6 anos de idade responsabilidade do setor educacional, além de pautar a indissociabilidade das ações de cuidar e educar, o documento ainda firmava funções já descritas em documentos antigos, como a Constituição Federal e a LDBEN. A PNEI dispunha de diretrizes, objetivos, metas, estratégias e recomendações para as instituições de Educação Infantil.

Até este momento percebe-se os avanços na história da educação infantil, entre retrocessos e progressos a educação cria novas estruturas e se transforma, de forma que o respeito à criança, ante as necessidades, especificidade e diferenças sejam respeitados e através de estratégias pensadas a partir das experiências das crianças possam se constituir novos caminhos em busca do desenvolvimento pleno da infância. Seguindo os anos, novos documentos são criados na intenção de contribuir e acrescentar as leis já existentes.

Observando o decorrer da história, nota-se que a desigualdade transparece o contexto educacional. Diante de novas leis e da garantia de direitos, os fatores da desigualdade social e regional no Brasil são visíveis, cabe ressaltar a grande diversidade do país, por isso a distinção de uma região para outra nos aspectos econômicos, políticos e sociais. Vários documentos citados, possuem o objetivo de uniformizar o direito a todos independente de classe social ou região. Com isso, sugere-se documentos que norteiem o que é ensinado em todo o território brasileiro, definindo objetivos de aprendizagens que auxiliem no que se quer alcançar durante o período de formação na educação básica.

Realçando esse contexto, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de grande influência na educação. A BNCC teve sua primeira versão lançada em 2015, e contou com o apoio de toda uma equipe diversificada, entre escolas, professores, universidades, secretarias e especialistas em educação. A primeira versão foi colocada em consulta pública durante cinco meses, obtendo um extenso volume de participação. No ano seguinte, uma nova versão foi lançada, e pré-estabelecida diante dos debates anteriores já formulados. Em 2017 foi realizada uma nova versão da BNCC, que foi homologada no mês de dezembro e tornou-se uma referência nacional e obrigatória para todas as instituições de educação básica, contribuindo na elaboração de propostas e currículos pedagógicos.

A BNCC é um documento de referência única para a elaboração dos currículos nas instituições de educação, considerando dentro dessa construção as particularidades sociais, regionais e metodológicas. Dessa forma, conteúdos básicos são unificados em todo o país, compondo um currículo obrigatório, somando a parte diversificada do currículo escolar. O currículo único proposto pela BNCC vai direcionar o que as etapas da Educação Básica deverão desenvolver durante todo o ano, diferenciando os conteúdos de acordo com a idade das crianças e adolescentes. As divulgações da mídia da BNCC evidenciam seu objetivo de diminuir a desigualdade de ensino entre as regiões, porém este documento engessa o processo de ensino, quando não discutido pela instituição, de forma a agregá-lo junto às características próprias da realidade da instituição, sendo necessário a reflexão, discussão e adaptação do documento a realidade de cada região, tendo em vista que as instituições diferem entre si. Este documento também vai enfatizar os profissionais da educação e as redes de ensino como os grandes protagonistas para a efetiva transformação da educação.

Na Base Nacional Comum Curricular a etapa da Educação Infantil, dividiu-se em creche e pré-escola, de acordo com a faixa etária de cada criança e institui eixos de saberes, compreendendo os seis direitos de aprendizagens (Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar e Conhecer-se) e cinco Campos de Experiências, que são propostas curriculares que contribuem para a preparação dos profissionais, para a reflexão e elaboração de vivências que instiguem às crianças e favoreçam o processo de desenvolvimento, garantindo os direitos de aprender, conforme o tempo de cada criança. A BNCC é um documento que guia e auxilia na construção do currículo, proporcionando uma expansão nos caminhos que podem ser traçados dentro de cada realidade de instituições de educação.

Considerando, tanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) pode-se enfatizar que estes documentos não são o currículo, eles servem de referência para a construção de currículos em redes educacionais, fornecendo fundamentos teóricos e práticos a serem desenvolvidos e observados no atendimento das crianças, colaborando para a formação da identidade e autonomia de cada instituição em suas especificidades.

Percorrendo este breve histórico sobre a Educação Infantil, pode-se observar a longa jornada que o atendimento a infância sofreu durante séculos, entre serviços de assistência e compensatórios, onde se excluía a criança como um sujeito histórico e detentora de direitos que devem ser preservados e respeitados para o desenvolvimento integral de cada sujeito durante a sua infância. Partindo para novos caminhos, reflexões são realizadas sobre a infância e novos olhares de caráter científico são destinadas às crianças, de forma a contribuir na efetivação de leis que resguardem os direitos da criança, oferecendo segurança e uma educação de qualidade até a fase adulta.

Compreendendo o percurso da educação infantil, e observando o distanciamento histórico que ocorreu entre o cuidado e a educação, práticas que hoje são definidas perante leis que estabelecem a indissociabilidade entre as ações no contexto da educação infantil, se faz necessário definir, compreender e atribuir o significado das práticas de cuidar e educar. Estas serão expostas nos capítulos seguintes.

### 3. CUIDAR E EDUCAR

Na história brasileira, o atendimento de crianças nas creches se deu no início do século XX. Em virtude de familiares que não possuíam boas condições de vida e mulheres trabalhadoras que buscavam ambientes que pudessem guardar seus filhos para conseguir o sustento financeiro. A creche surge como um local cujo objetivo seria abrigar, alimentar e higienizar às crianças de famílias pobres, em um atendimento assistencialista.

Após a criação de leis que beneficiam a criança, vislumbra-se um novo olhar para a concepção de infância, que ganha maior visualização com a promulgação de documentos que garantem os direitos das crianças. A partir do aparato legal, sugere-se mudanças na prática ao atendimento das instituições infantis, e inicia-se um debate quanto ao serviço prestado à criança, que antes era receptora de cuidados higiênicos, de segurança e de alimentação, porém sem o caráter educacional. A realidade era que as instituições não possuíam uma intencionalidade educacional exposta/formalizada, porém realizavam as ações inconscientemente.

Após um longo período, foi possível a partir de diversas pesquisas e estudos reavaliar este quadro e constatar que esta dicotomia era falsa, porque gostando ou não, aceitando ou não, todas as instituições tinham um caráter educativo: as primeiras, com uma proposta de educação assistencial voltada para a educação das crianças pobres e as outras, com uma proposta de educação escolarizante voltada para às crianças menos pobres. Simplificando um pouco, poderíamos dizer que tínhamos, de um lado, uma importação do modelo hospitalar/familiar e, de outro, urna importação do modelo da escola de ensino fundamental. (CERISARA, 1999, p.13)

Compreendendo os relatos históricos, percebe-se uma desvalorização das ações realizadas pelas creches, sendo desconsideradas como atividades pedagógicas. A dicotomia estabelecida pela creche e pela pré-escola é visível, a creche era reduzida a serviços de assistência e a pré-escola como um estágio para as escolas. De acordo com Amorim (2013, p. 3825)

Nesse desenrolar histórico, se esboçou os dois modelos de atendimento às crianças no Brasil, dicotomizando creches e pré-escolas que foram se diferenciando quanto aos objetivos e à destinação social. Assim, a creche foi sendo compreendida como lugar de guarda, tutela, cuidado e assistência da criança pobre; enquanto a pré-escola como lugar da educação, como espaço de preparação para a escola, voltada para às crianças das classes mais favorecidas.

Diante destas concepções é notável o distanciamento dos objetivos entre as ações de cuidado e educação, construídas na história pelas relações de classes sociais desiguais, sendo a creche para a classe pobre e a pré-escola para às crianças de famílias com um pouco mais de condições.

Refletir as práticas de cuidar e educar como ações indissociáveis é respeitar as especificidades da criança, contribuindo para o desenvolvimento integral da infância, de forma a englobar diferentes aspectos. Logo,

[...] o cuidar e o educar exercem uma função relevante no processo de desenvolvimento humano de modo geral e, portanto, a prática do professor de Educação Infantil precisa estar articulada com esses princípios de forma a integrar atividades ligadas ao binômio no sentido de contribuir para a aprendizagem no espaço da creche (CIRÍACO; ZANERATI, 2015, p. 59).

Pensar o atendimento a infância e debater as práticas de cuidado e educação como ações conjuntas, é fundamental para o futuro de instituições da educação infantil, que através de pesquisas científicas poderão desenvolver estudos e formações docentes fundamentadas em teorias, que serão de grande valia nas relações com às crianças e nas vivências diárias. Essa discussão revela que o cuidar e educar são temas discutidos ainda hoje por estudiosos por sua relevância na educação infantil.

Surge a necessidade de compreender o que aconteceu historicamente com as ações de cuidar e educar dentro do contexto histórico e que definição essas ações foram constituídas na legislação, como forma de integrá-las dentro das instituições de educação infantil. Essa conversa será exposta no próximo tópico como tema.

### 3.1 HISTORICAMENTE: o que aconteceu com o cuidar e educar

Inicialmente é considerável refletir de onde surge o pensamento das ações de cuidado e educação no contexto histórico. Como exposto no capítulo anterior deste trabalho, a história da educação infantil era marcada por uma longa trajetória, onde creches tinham o dever de cuidar e guardar, auxiliando as mulheres trabalhadoras, crianças abandonadas e diminuir o alto índice de mortalidade infantil. A pré-escola era caracterizada como uma instituição de esfera educacional, pedagógica e considerada uma etapa anterior ao ensino fundamental. Nesse sentido é marcada a separação das

ações de cuidar e educar, onde as creches fornecem o cuidado e a pré-escola a educação.

A separação entre as ações de cuidado e educação é mencionada por Amorim (2015, p. 3826)

Afirmamos, também, que a creche passou a ser sinônimo de atendimento à criança carente, assumindo uma perspectiva assistencial e que se preocupava mais com o cuidar. A pré-escola, por sua vez, passou a ser sinônimo de atendimento às crianças mais favorecidas, caracterizando-se como um espaço de preparação para a escola, preocupando-se mais com o educar.

A separação ocorrida entre o cuidado e a educação, se construiu pelo pensamento distanciado que as creches e pré-escolas ofereciam durante suas práticas diárias. A creche era tida como uma instituição fornecedora de funções pouco educativas e atitudes disciplinadoras, assemelhando-se aos cuidados da família e de higiene. A pré-escola definida como o período anterior as escolas, se apresentava com um caráter pedagógico voltado para o ensino fundamental, onde prevalecia o processo de ensino-aprendizagem.

Para que as práticas realizadas com às crianças fossem explícitas e remodeladas, no que diz respeito a documentos que servissem como fatores de registro e avaliação, e regulamentasse a criação de atividades pensadas para o desenvolvimento integral da infância, seria necessário a criação de leis que garantissem os direitos da criança e requeressem das instituições deveres diante de políticas públicas, que designassem objetivos a serem alcançados no crescimento infantil, superando fragmentos historicamente construídos nas entidades infantis. Conforme Cerisara,

Para que se possa compreender esta concepção de trabalho para as instituições de educação infantil é necessário recorrer tanto à Constituição Brasileira de 1988, como à Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96. Estas duas leis tiveram um importante impacto na Educação Infantil e podem contribuir na compreensão de onde surgiu esta concepção de que às instituições de educação infantil cabe a tarefa de trabalhar de forma indissociável e complementar a educação e o cuidado das crianças pequenas (CERISARA, 1999, p. 14).

O surgimento de discussões sobre as práticas de cuidado e educação nas instituições infantis, se dá a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Com a publicação da Constituição

em 1988, o direito ao acesso da criança a educação em creches e pré-escolas, é garantido sob responsabilidade da família e do Estado, o que define um novo caráter as instituições de educação infantil. Sobretudo vale a ressalva, que as mudanças só aconteceriam com o passar do tempo, já que as realidades das entidades eram precárias em formação e recursos para abranger a amplitude do que erguia a lei, sendo necessário uma reformulação nas concepções estruturadas durante a história.

Conforme Takemoto e Lima Santos (2013, p. 24489)

É a primeira vez que a expressão “Educação Infantil” aparece na LDB, sendo definida como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, dividindo a oferta dessa etapa em creches para crianças de até 3 (três) anos de idade e em pré-escolas para às crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, conforme alteração pela Lei nº 12.796, de 2013. Ressalta-se que a distinção entre creches e pré-escolas se refere apenas pelo critério de faixa etária, sendo ambas vinculadas a instituições de Educação Infantil.

Em atendimento à Lei, as creches passaram a integrar-se ao Sistema Municipal de Educação, deixando assim de ser um espaço de “guarda”, de caráter assistencial para caracterizar-se como agência de educação.

A Lei Nº 9.394/96 (LDBEN) apresenta a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, dividindo-as em creches e pré-escolas de acordo com a faixa etária, criando uma educação infantil de caráter pedagógico e educativo, sujeitando a interação das ações de cuidar e educar na contribuição do desenvolvimento integral da criança, como um ser total e que vive em convívio com si e com o outro em ambientes favoráveis às relações.

Novos paradigmas são formados a partir da LDBEN/96, com a introdução da educação infantil como a primeira etapa da educação básica, portanto as creches e as pré-escolas deverão ser assumidas pelo sistema educacional, e os profissionais da educação são submetidos a realizarem formação prévia, para o cumprimento da garantia da lei. Como consequência a formação é considerada exigência para a atuação de profissionais com crianças pequenas. A lei vai garantir aos docentes, no Título IV e artigo 13, a participação dos docentes na elaboração de propostas pedagógicas, planos de trabalhos, a participação em formações de planejamentos, avaliações e desenvolvimento profissional, colaboração na criação de atividades que englobem a família, comunidade e instituição (BRASIL, LDBEN, 1996).

A LDB, no artigo 64, também define o mínimo de formação necessária para a atuação na área da educação, sendo o curso em graduação em pedagogia, e pós-

graduação em outro curso, exigido pela instituição de ensino. A lei garante no artigo 67, ao profissional de educação sua valorização, promovendo planos de carreira, onde avalia o aperfeiçoamento profissional, piso salarial profissional, períodos reservados de estudos, planejamentos e avaliações, incluídos na carga horária de trabalho e condições adequadas de trabalho (BRASIL, LDBEN, 1996). É notável o grande avanço alcançado depois da lei, pois uma nova visão se apresenta, em forma de recompor o cenário da Educação Infantil, promovendo um novo ambiente, onde convivem em coletivo crianças e adultos, além da conjuntura da família, comunidade e instituição, já que a educação infantil tem a função complementar a da família.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), pós LBDEN também contribuiu para a discussão de cuidado e educação, nele foi definido o significado e ação das palavras, como forma de dar significados dentro do cotidiano das instituições de educação infantil, auxiliando os profissionais da área a realizarem e identificarem vivências que possam integrar as práticas que englobem as ações de cuidado e educação. O documento sugere a mudança da educação assistencialista, afirmando a necessidade de,

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (BRASIL, RCNEI, 1998, p.17)

O RCNEI vai discutir exatamente as formas de trabalhar os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais na criança, onde o cuidado vai ser estabelecido dentro das práticas junto a educação. Negando a possibilidade de apenas assistir a criança em suas necessidades físicas, fisiológicas e alimentícia, ele propõe a magnitude de uma educação que incorpore diversos aspectos, com a intenção do desenvolvimento integral da criança, que está em constante crescimento.

Destacando outro importante documento para a educação infantil, no ano de 2006, denominado de Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, que é composto de referências de qualidade para a educação infantil, que estabelecem orientações para o funcionamento e organização de instituições, com a pretensão de ampliar parâmetros de qualidade que abarquem as diferenças entre as regiões, permitindo o desenvolvimento de manifestações culturais, favorecendo a

consolidação de uma base comum e também que envolvam as ações de cuidar e educar como ações indissociáveis, para crianças de 0 até 6 anos de idade.

A BNCC também vai enfatizar o tema de cuidar e educar como ações indissociáveis, apresentando a Educação Infantil como o início do processo educativo, e, portanto, a atuação das instituições de educação infantil complementar a da família. De acordo com o documento,

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar. (BRASIL, BNCC, 2017, p. 32)

Conjuntamente a família as instituições de educação infantil têm o objetivo de desenvolver e fortalecer as aprendizagens durante a infância. Unida às Diretrizes Nacionais da Educação Infantil, a Base reafirma os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, onde as interações e brincadeiras vão produzir durante as vivências das crianças aprendizagens significativas para o desenvolvimento integral da criança, além de apresentar seis direitos de aprendizagens durante o processo educativo. Esses direitos de aprendizagem vão conduzir na construção da criança, como sujeito ativo que vê, questiona e assimila valores e constrói conhecimentos, relacionando-se com o outro, com si e com o mundo em ambientes que lhe proporcionem situações de conflitos, onde a criança sinta-se confortável e provocadas a resolver construindo novos significados naturais e de forma espontânea.

No desenrolar das ações de cuidar e educar, é perceptível a necessidade de produzir intencionalidades durante o processo educativo das práticas pedagógicas da Educação Infantil. O educador é um dos pilares fundamentais para que o processo educativo seja delineado de forma a produzir experiências que proporcionem na criança a construção de novos conhecimentos. Conhecendo as experiências das crianças e refletindo a respeito, o educador vai selecionar, organizar e planejar, atividades intencionais que forneçam o desenvolvimento completo da criança, acompanhando e avaliando como cada criança reagiu ao processo, e se preciso o que

seria necessário, melhorar e modificar de acordo com o tempo de desenvolvimento de cada criança.

Contemplando o exposto, entende-se que historicamente as ações de cuidar e educar adquirem novos significados dentro do contexto da educação infantil. Incorporar atividades de vida prática e atividades pedagógicas, agrupando-se em vivências que geram significados para às crianças que se interligam na construção de novos conhecimentos e no desenvolvimento de novas habilidades. Para interiorizar as ações de cuidar e educar a prática dos docentes e colaboradores que integram instituições infantis, se faz necessário compreender e definir o significado das palavras, atribuindo-lhe definições dentro de teorias e de documentos legislativos.

### 3.2 DEFININDO AS PALAVRAS: cuidar e educar

As ações de cuidar e educar na educação surgiram como termos que garantissem a compreensão de que houve um progresso na concepção do valor do cuidado dentro da educação, superando a visão de assistência social. Nasce o termo *educare*, que pode ser definido por Cerisara (1999, p.17) como, “termo utilizado em inglês – *educare* – que significa educação e cuidado ao mesmo tempo. Como não temos estas duas palavras em uma só em português, foi feita uma opção pela utilização dos termos educar e cuidar”. Contemplando o cuidar e educar, pode-se considerar que a instituição de educação infantil e a instituição familiar devem estar em constante comunicação e pensamento, assumindo responsabilidades e papéis diferentes, complementando-as entre si.

Diante da terminologia *educare*, surgem as práticas de cuidar e educar que possuem diferentes significados, porém, devem ser ações indissociáveis. Especificando as duas palavras, o cuidar caracteriza-se o cuidar de si e do outro, e o educar aponta para termos cognitivos, onde se instrui, proporcionando o desenvolvimento humano.

Pesquisando significados para a palavra cuidar, Tiriba (2005) esclarece que cuidar e pensar possuem uma mesma raiz na palavra, ambas vêm do *cogitare*, sendo assim,

[...] *cogitare* e *cuidare* teriam o mesmo significado, referindo-se tanto à inteligência quanto à vontade, tanto ao pensar quanto ao sentir. Com o passar

do tempo, o uso de *cogitare* foi sendo restringido e substituído por *pensare*, que tem um sentido mais preciso. Por seu lado, no latim, os significados de *cogitare* se expandem, assumindo os sinônimos '*esperar, temer, estar preocupado ou ser solícito*', vinculando-se a significações de caráter emocional (TIRIBA, 2005, p. 4).

A compreensão descrita pela autora, demonstra as relações da razão e da emoção, sendo estas relacionadas a separação do corpo e da mente, desprestigiando o cuidar por estar ligado à emoção e não a razão, e conectando o tema as questões de gêneros e as relações atribuída as mulheres como seres inferiores aos homens (TIRIBA, 2005). Sendo a emoção desvalorizada e a razão superior, ligando este pensamento a educação infantil, pode-se perceber que o cuidar, seria a emoção, exemplificando o cuidado com si e com o outro e a razão o educar que estaria ligado a consciência e pensamento.

Refletindo e atribuindo significado do cuidar de acordo com o RCNEI, pode-se citar que,

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados (BRASIL, 1998, p. 24).

A palavra cuidar demonstra uma ampliação em seu sentido, pois o cuidado com o outro proporciona maior atenção e respeito com as relações entre pessoas, sendo elas adultas ou crianças. O cuidado engloba a identificação de necessidades que a criança demonstra, ou simplesmente sente, e dependendo do que o adulto compreende de acordo com a comunicação expressa pela criança, vai se desenvolver um tipo de reação, que será designada como cuidado, ou não. Portanto, o cuidado, segundo o documento, é definido como a consideração/atenção que o adulto vai dedicar a necessidade da criança, baseado em conhecimentos específicos ao desenvolvimento singular de cada uma.

O comprometimento, a solidariedade, um olhar peculiar a necessidade da criança é fundamental para a construção entre as relações de quem cuida e de quem é cuidado. Essa troca de relação irá ajudar a criança e o professor a identificar

carências, que contribuirão para ajudar e atender de maneira adequada suas precisões. A atenção destinada à criança colaborará para o seu desenvolvimento integral. Outros fatores que devem ser ressaltados são o respeito e o interesse pelo que a criança sente, pensa, questiona e já sabe, pois estes servirão para impulsionar e ampliar os conhecimentos já existentes, produzindo novos saberes e habilidades que trarão à criança mais autonomia e confiança.

Nas práticas vivenciadas entre adulto/criança e criança/criança, surgem relações sociais que progressivamente alicerçarão trocas de saberes. Nestes momentos em uma visão oculta, durante as rotinas vividas, se desenvolve inconscientemente a aprendizagem de algo que era desconhecido e se tornará em novos conhecimentos, através da imitação, da memória, da observação e de demais fatores que as relações interpessoais podem ampliar.

A partir deste pensamento, percebe-se que a ação de cuidar supera procedimentos ligados as necessidades físicas de higiene, alimentação, repouso e de precauções às dores (BARBOSA, 2009). Observar a necessidade da criança e colocar-se no lugar dela, estando pronto para escutar, atentando suas conquistas, suas reações ao meio em que vive, proporcionando a exploração do ambiente, dando-lhe confiança e incentivo para a realização de vivências, e identificando e reagindo as expressões exibidas de diferentes formas, são formas de cuidar.

Cuidar e educar estão intrinsecamente interligados na educação infantil, tendo suas definições específicas, porém nas ações vividas estão interligadas, não existindo cuidar sem educar e vice e versa. Definindo o significado de educar de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica,

Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena (BRASIL, 2013, p. 18).

Educar nesta perspectiva vai além de vivências pedagógicas, se inicia a partir das relações com outro, onde a troca de experiência vai dialogar entre conhecimentos já formados e os novos. O RCNEI define que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

Educar engloba diversificados aspectos que contribuem para o desenvolvimento integral da criança, contemplando todas as necessidades e possibilidades que a criança desenvolverá de acordo com o seu tempo de crescimento e amadurecimento. Educar e cuidar se complementam na educação infantil, propiciando um crescimento baseado na descoberta e resolução de problemas, onde as relações com outras crianças e adultos contribuirá para o respeito às diferenças e, assim, a construção de uma criança autoconfiante e autônoma que se reconhece no outro, sabendo lidar com as diferenças e respeitando durante as relações interpessoais. O respeito às ações de cuidar e educar unem-se na confirmação e efetivação do direito da criança.

[...] cuidar e educar significa afirmar na educação infantil a dimensão de defesa dos direitos das crianças, não somente aqueles vinculados à proteção da vida, à participação social, cultural e política, mas também aos direitos universais de aprender a sonhar, a duvidar, a pensar, a fingir, a não saber, a silenciar, a rir e a movimentar-se.

E, finalmente, o ato de educar nega propostas educacionais que optam por estabelecer currículos prontos e estereotipados, visando apenas resultados acadêmicos que dificilmente conseguem atender a especificidade dos bebês e das crianças bem pequenas como sujeitos sociais, históricos e culturais, que têm direito à educação e ao bem-estar (BARBOSA, 2009, p. 69).

O cuidado e a educação se estabelecem de maneira intrínseca, em todo momento e em diversificadas práticas, valorizando as relações culturais, sociais e políticas, e respeitando os desejos das crianças e o crescimento. Cada criança possui características próprias, portanto, é inadequado o docente padronizar seu olhar a infância, homogeneizando-a, sem discutir e refletir a diversidade de infâncias que se encontram nos dias atuais. A infância nasce como forma de proteger a criança, e diante desta afirmação, pode-se descrever que, o sentido de proteção por muitas vezes estende-se ao cuidado excessivo, ou seja, um controle da criança.

A criança não deve ser controlada, mas amada e, acima de tudo, respeitada em sua singularidade, contemplada em suas especificidades que são semelhantes e

diferentes. Um ser em desenvolvimento de extrema inteligência, sensibilidade e diversidade que de diferentes formas demonstra o que constrói em um ambiente propício ao seu desenvolvimento, espelhando as relações e os conhecimentos que lhe são oferecidos.

As relações entre a criança e o adulto nas instituições de educação infantil devem acontecer numa troca de experiência, onde um aprende com o outro. O diálogo, o brincar, o imitar são formas de expressões das relações sociais e culturais, que acontecem no cotidiano. Não existe uma hierarquia, mas sim uma parceria entre os docentes e às crianças, ambos se completam na educação infantil, o professor(a) vai propiciar um ambiente preparado e vivências pensadas e planejadas de acordo com a realidade de determinado grupo, efetivando um trabalho que se interligue as relações das práticas de cuidado e educação, que se associam entre si, contribuindo para um crescimento que valorize os aspectos cognitivos, emocionais, afetivos, sociais, físicos entre outros, que não serão desenvolvidos por etapas, mas em conjunto, pois estes estão em constante comunicação.

Ao definir os significados e descrever a interligação entre as práticas de cuidado e educação, pode-se dar continuidade ao próximo tema, que tem por debate e intrínseca reflexão como as práticas de cuidar e educar acontecem no cotidiano das instituições de Educação Infantil e como os docentes devem pensar essas práticas, agregando-as no cotidiano das crianças de maneira indissociável.

### 3.3. AS AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR COMO PRÁTICAS INDISSOCIÁVEIS

A essência da Educação Infantil é o respeito à criança. Esta frase vai definir todo o percurso a ser construído na educação. As DCNEI (2009), definem a criança como um sujeito histórico e de direitos, que nas relações, interações e práticas cotidianas constroem sua identidade pessoal e coletiva, e dentro da sociedade atua ativamente, sendo produtora de sua própria cultura. Neste sentido Maria Malta Campos, vai destacar os direitos da criança, enfatizando a creche como um local que deve respeitar a infância, nas suas mais variadas características.

- Nossas crianças têm direito à brincadeira
- Nossas crianças têm direito à atenção individual
- Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante

- Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza
- Nossas crianças têm direito a higiene e à saúde
- Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão
- Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos
- Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade
- Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos
- Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa (CAMPOS, 2009, p. 13).

A autora reflete em suas palavras, os direitos que às crianças possuem e que dentro das instituições de educação infantil devem ser efetivados e pensados pelos indivíduos que atuam na área. Em suas palavras Campos vai definir não só como os docentes devem criar caminhos para a realização desses direitos, mas como o conjunto de pessoas que compõe as creches e pré-escolas, devem garantir os direitos das crianças. As atitudes de respeito às especificidades de cada criança, surgirão como um resultado do direito garantido.

Se não houver atitudes de respeito na relação interpessoal com a criança, durante as ações de cuidar e educar nas instituições de educação infantil, as práticas vivenciadas na infância vão se construir sem significados positivos, prejudicando aspectos afetivos e cognitivos. Segundo a teoria de Vygotsky o homem se utiliza das capacidades sensoriais, através de instrumentos construídos em trabalhos coletivos, onde interage com outros homens (OLIVEIRA, 2011). Portanto, é através das relações coletivas que a criança irá construir seu pensamento.

Os signos não são criados ou descobertos pelo sujeito, mas o sujeito deles se apropria desde o nascimento, na sua relação com parceiros mais experientes que emprestam significações a suas ações em tarefas realizadas em conjunto. As interações adulto-criança em tarefas culturalmente estruturadas, com seus complexos significados, criam “sistemas partilhados de consciência” culturalmente elaborados e em contínua transformação (OLIVEIRA, 2011, p. 132).

Ao construir seu pensamento, através de situações já vivenciadas com outros parceiros, independentemente da idade, e após a seleção das informações, estas serão transformadas e reelaboradas de acordo com a nova situação-problema, que formará novos conhecimentos que se adequem ao conflito a ser resolvido. À medida que a criança para de imitar e começa a opor-se ao outro, ela começa a entrar em

contato com si própria, ou seja, atribui a capacidade de comunicar-se com si própria, desenvolvendo a habilidade de pensar e analisar novas informações.

Nas relações entre adulto-criança em creches e pré-escolas, compreende-se o quão importante são as relações construídas em parceria entre às crianças e adultos das unidades de educação infantil, estas relações constituirão a criação de novos conhecimentos que serão refletidos nas realidades de crianças e adultos. Ressaltando que as relações estabelecidas beneficiam a todos que fazem parte deste convívio.

Ao destacar o respeito como base para o convívio em creches e pré-escolas, de adultos e crianças como primeiro foco para uma educação de qualidade, pode-se caminhar para a concretização do direito da criança. Pois só se garante o direito a algo, através da consciência e, portanto, se a base de tudo é o respeito, como um indivíduo vai respeitar o outro se não houver o conhecimento devido ao seu próximo. Este é o ponto chave desta problematização.

Se um docente/adulto não conhece as especificidades da criança, suas fases de desenvolvimento, as necessidades individuais, as formas de expressão e não contém uma comunicação, um diálogo construtivo, de paciência para ouvir e esperar o tempo de cada uma, seja na fala, na atividade, no movimento, em um exercício de vida prática ou simplesmente em um pulo de uma escada para o chão. Como o docente/adulto vai considerar e, principalmente, respeitar a criança em sua natureza singular? Para responder esta questão é necessário refletir o papel da educadora de educação infantil, apresentado por Strenzel (2003, p. 7)

O papel da professora de Educação Infantil é fundamental, exigindo uma postura de observação e de investigação contínua sobre os processos de constituição das crianças, para planejar e executar as ações educativas de acordo com a evolução das mesmas. Além disso, é preciso estabelecer uma relação afetiva próxima e constante com os pequeninos, lançar um olhar apurado sobre suas necessidades afetivas, intelectuais, físicas, motoras. As crianças necessitam de mais atenção e acompanhamento em relação às suas manifestações, a seus recursos de exploração do meio, de seu corpo e de si mesmas para que possam se desenvolver. O conhecimento das crianças e de suas singularidades é muito importante e o respeito a elas é fundamental.

A autora vai definir em suas palavras como o respeito e o conhecimento das necessidades das crianças vai contribuir para o desenvolvimento integral. Ao destacar a professora de educação infantil como a pessoa adulta que está em principal contato com a criança na creche e na pré-escola, surgem questões de como essas mulheres

chegam até as instituições infantis? Essas mulheres têm algum tipo de formação? Como se dá a formação dessas profissionais? São formadas em áreas de educação infantil? Continuam se aprofundando na área? Sempre estão em busca de conhecimento?

Os questionamentos vão abrir caminho para a compreensão de como vivenciar as práticas de cuidar e educar como ações indissociáveis. Refletir sobre a questão do profissional da educação infantil é um dos principais temas a serem descritos. Em 1994, foi publicado o documento “Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil”. O documento especifica diretrizes que orientam uma política de formação, com a intenção de qualificar a formação de profissionais na área e estabelecer um mínimo de escolaridade necessária para atuar com crianças, assim melhorando a qualidade da educação infantil.

Desenvolver uma política de formação para os profissionais que estão se qualificando ou que já estão qualificados para a área de destino, é de muita importância para o melhoramento da educação infantil. Ademais, ao pensar nos professores/monitores que não possuem formação, e nos adultos que trabalham em outras funções e que estão envolvidos na área de educação infantil, mas que não possui nenhum conhecimento na área de educação, especificamente na educação infantil, surge o pensamento de, como somar profissionalmente na vida desses indivíduos que trabalham/vivenciam a instituição de educação infantil, de forma que possam agir intencionalmente na garantia do direito da criança, sendo assim, respeitando suas especificidades. De acordo com Barbosa,

O estabelecimento educacional da infância possui, além de professores, muitos outros profissionais que cuidam e educam às crianças. A educação, como um projeto coletivo e comunitário, é constituída e implementada através das relações entre as pessoas, e está em constante ação na escola. Todos os adultos que trabalham na creche interagem com às crianças e, desse modo, são potencialmente educadores. (BARBOSA, 2009, p. 38)

De acordo com a autora, todos os profissionais que constituem uma instituição de educação infantil, estão em intrínseca relação com às crianças, portanto são colaboradores e educadores também, mesmo suas funções sendo diferentes. Ao receber às crianças, protegê-las, servir alimentação e propiciar um ambiente de conforto, estas pessoas estão se relacionando com às crianças de maneira a refletir nas relações de cuidar e educar.

A criança ao chegar na creche e ser recebida com cumprimento, brincadeiras espontâneas e conversas informais com os funcionários, estão construindo ensinamentos de valores e conhecimentos, produzidos culturalmente e refletidos espontaneamente em suas ações de imitação. Neste sentido, vale a reflexão da efetivação de formações iniciais para todos os adultos da instituição, com o intuito de dirigir em um só pensamento de cuidado e educação para às crianças, formações de novas convicções e novos sentidos para o rumo da educação, onde todos estariam juntos e auxiliariam e proporcionariam uma educação de qualidade, além de fomentar um ambiente coletivo, onde todos estariam capacitados para opinar, participar e decidir o melhor caminho para determinada ação.

Para a professora de educação infantil, também se faz necessário a garantia de direitos a profissionalização, segundo o documento,

Garantir educação de qualidade para todas às crianças de 0 a 6 anos, considerando a heterogeneidade das populações infantis e dos adultos que com elas trabalham, exige decisão política e exige, também, condições que viabilizem produção de conhecimentos, concepção, implantação e avaliação de múltiplas estratégias curriculares para as creches e pré-escolas e para a formação - prévia e em serviço - de seus profissionais. (KRAMER, 1994, p. 20)

Quando o educador possui formação inicial e, portanto, compreende a indissociabilidade entre a prática e a teoria, constrói dentro de suas ações vivências intencionais que possibilitam o desenvolvimento integral da criança e a qualidade do ensino.

Afinal, ao educar e cuidar de crianças pequenas, o professor não oferece apenas aquilo que sabe, mas também aquilo que é através das interações. Há uma especificidade clara no trabalho do professor de educação infantil que é a de ter a sensibilidade para as linguagens da criança, para o estímulo à autonomia, para mediar a construção de conhecimentos científicos, artísticos e tecnológicos e, também, para se colocar no lugar do outro, aspectos imprescindíveis no estabelecimento de vínculos com bebês e crianças pequenas. A formação precisa integrar o desenvolvimento das sensibilidades e das capacidades intelectuais dos professores, pois eles são profissionais, como tantos outros, para os quais a relação é uma ferramenta de trabalho (BARBOSA, 2009, p. 37).

O professor deve criar uma identidade própria, que será construída de acordo com as experiências vividas e com as pesquisas teóricas estudadas, e neste aprofundamento, elevará seu grau de conhecimento, passando a compreender e

estabelecer vínculos com às crianças através de suas ações. Cuidar e educar neste sentido, vai além do paradigma de duas funções, mas é uma conjunção de ações similares na prática, onde uma necessita da outra para que o desenvolvimento da criança seja completo.

A criança ganha uma nova concepção, como um ser ativo, construtor de culturas, relações sociais e de sua própria história.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, BNCC, 2018, p. 38).

As vivências realizadas nas creches e pré-escolas devem ser planejadas e agregadas a uma intencionalidade, do que se quer desenvolver na criança, através das atividades e brincadeiras propostas. O educador neste momento tem a função de construir e usar da criatividade e da imaginação, para produzir atividades instigantes, que chame a atenção da criança e que faça com que interaja com o meio e com os indivíduos ao seu redor.

De acordo com a BNCC (2018), as interações e brincadeiras são os eixos estruturantes para as construções de novos conhecimentos, que interagem e através das ações produzem o desenvolvimento, a socialização e novas aprendizagens. De acordo com Strenzel (2003. p.12),

A brincadeira é um elemento essencial na vida das crianças, pois é brincando que elas expressam sua imaginação e criatividade, possibilitando a recriação dos contextos por parte das crianças. Adultos e crianças como parceiros, brincam e aprendem através das mediações com o outro, que ensina e faz junto, numa construção de signos, significados, visões de mundo, apropriando-se e construindo ao mesmo tempo os diversos bens culturais, entre lembranças de adultos que brincaram quando crianças, entre novas brincadeiras relembradas, aprendidas e inventadas, demonstrando que elas são de todos aqueles que ousarem tornar-se crianças também.

Uma atividade prazerosa transformará uma simples brincadeira, por exemplo, em um mundo encantado onde a criança irá desenvolver a imaginação, a criatividade, a motricidade, os limites e a paciência. Com as ferramentas certas e o autoconhecimento da prática, o educador terá alicerce para refletir suas atitudes,

avaliar a criança individualmente, atentando para o que evoluiu em seu desenvolvimento e no processo de aprendizagem e ainda reformular práticas, que já não servem ou precisam ser reestabelecidas, segundo a necessidade das crianças. Além de poder aproveitar momentos junto ao grupo de crianças e construir novos laços e lembranças afetivas.

As crianças são capazes de desenvolver raciocínios lógicos antes de verbalizar, cabe ao professor acompanhar e especificar iniciativas como, a colaboração, o compartilhamento, o cuidado com o outro, o escutar o outro, o desenvolvimento de atividades a partir de uma proposta inicial, instigando as relações de trocas entre o grupo, contribuindo para o incentivo/desenvolvimento da comunicação da criança consigo e com os outros, contribuindo para a elaboração de novas ideias e brincadeiras.

Mesmo quando não há uma intencionalidade nos momentos de convívio na educação infantil, as trocas de experiências vivenciadas entre adulto-criança acontecem e, portanto, as formulações de novos conhecimentos vão sendo construídos, pois nas relações entre os indivíduos, mesmo que seja ligada apenas a atendimentos de assistência, não se pode negar a troca de saberes e, portanto, o aprendizado.

Nas atividades cotidianas em creches e pré-escolas, são identificadas práticas de mecanização, mediante ao tempo que é distribuído e dividido entre as turmas. O cumprimento de determinado horário, para que o funcionamento da instituição infantil funcione de maneira gradual são estabelecidos para todas as professoras que devem desempenhar uma rotina, muitas vezes baseadas na pressa.

Como organizar rotinas, previamente pensadas no desenvolvimento da criança, relacionando as ações de cuidar e educar como uma das funções da educação infantil? Respondendo essa questão, se faz necessário a organização, a sensibilização e a atitude do novo e de pensar na criança como elemento disparador do processo educativo.

Barbosa vai descrever em suas palavras o que significa planejar, e qual a postura do educador neste novo papel que lhe é definido como mediador e utilizador da imaginação e da criatividade.

Planejar é estudar e organizar situações de aprendizagem para às crianças. Se o professor tem boa formação e é investigativo, ele não precisa dominar

todos os conhecimentos que podem se fazer presentes no grupo, ele faz sua formação continuamente junto com às crianças e em momentos de pesquisa e reflexão com seus colegas. A postura do professor deve ser a de organizador, mediador e elaborador de materiais, ambientes e atividades que permitirão às crianças construir ações sobre objetos e formas de pensamento. Numa nova perspectiva, compreende-se o papel do professor como o de um orientador da busca do conhecimento, principalmente quando ela surge como necessidade para desenvolver o projeto do grupo e as necessidades e desejos individuais das crianças. Não há necessidade de material didático pronto para o professor aplicar e nem de cartilhas ou livros didáticos para às crianças. Mas, há relevância na criação de espaços de participação onde às crianças coloquem seus conhecimentos em jogo, permitindo confronto de idéias e opiniões, formas diferenciadas de resolução de problemas e questões, assim como a proposição de novos desafios, que ensinarão às crianças a se apropriarem da cultura e a desenvolverem seu pensamento. (BARBOSA, 2009, p.36)

Quando o professor passa a planejar, sem a necessidade de buscar livros didáticos e propostas esquematicamente prontas e elaboradas para determinado tema, ele se desprende de pensamentos já formados, reelaborando e criando novas possibilidades dentro do contexto e da realidade de cada ambiente infantil, usando ao seu favor ,elementos da natureza, ambientes externos da instituição, os animais por mais minúsculos que sejam e a fantasia, de tal modo a viajar pelo mundo da imaginação e da criatividade, utilizando recursos encontrados no próprio ambiente para elencar conversas e atividades que desenvolverão a criança.

O interesse da criança vai se manifestar de tal maneira que facilmente serão realizadas novas brincadeiras dentro de um contexto elaborado e instigado pelo professor/educador. A partir do ponto de partida mediado pelo professor a criança será capaz de seguir novos rumos, sejam nas brincadeiras, interações e relações, criando novas possibilidades. Por isso, se faz preciso o estudo de documentos, de pensadores da educação, de competências e aportes teóricos que subsidiem uma proposta, um projeto, um plano de aula ou uma sequência didática, que seja construída dentro de um diversificado mundo de probabilidades e resoluções.

O uso do ambiente físico da creche ou da pré-escola, unido a um planejamento previamente elaborado e com materiais selecionados, firmará uma metodologia flexível ao professor e a realidade das crianças, abrindo um leque de caminhos e possibilidades que podem ser formados a partir de apenas um elemento da natureza, ou ainda da utilização dos sentidos, que resultarão em descobrimentos de novas informações e hipóteses. Realizar vivências que façam às crianças pensarem,

questionarem e chegarem a uma conclusão, está intimamente relacionado as ações de cuidado e educação.

Nos momentos de compartilhamento a atenção do professor, a visão e o ouvido aguçado, a sensibilidade de perceber o que a criança descobriu, o que está formando/indicando, perceber as novas ideias, deixar que a criança se expresse, auxiliar na partilha de informações sendo escutado e deixando o outro colega falar, e ainda estar sempre atento as necessidades que são dependência desta fase da vida, são ações de cuidar e educar que fazem parte da prática do docente. As instituições de educação infantil já vivenciam o cuidar e educar em seu cotidiano de forma natural, o que se faz necessário é a compreensão e a consciência que estas ações estão imbricadas e precisam ser direcionadas e intencionais.

Refletir o como vivenciar as práticas de cuidado e educação como ações indissociáveis, se faz compreender que o respeito à criança é o início de uma educação de qualidade. Partindo deste pensamento, entende-se que a criança é um sujeito de direitos e, portanto, para que este direito seja efetivado de forma integral, a consciência e a compreensão do ser criança em suas especificidades e singularidades é de essencial importância para o desenvolvimento total da infância, englobando aspectos cognitivos, físicos, mentais, emocionais e sociais. No tocante tema de respeito, cita-se as relações interpessoais entre crianças-crianças e adultos-crianças que se relacionam e desenvolvem novos conhecimentos e formam pensamentos de acordo com suas relações. Estas relações interpessoais vão suscitar as relações de professor/educador e da criança, em um convívio de respeito as necessidades e singularidades das crianças. Problematiza-se como respeitar a criança, quando não se conhece as especificidades e necessidades dela, quando não se tem o conhecimento de suas fases de desenvolvimento. Sugere-se como resposta e provável solução a profissionalização dos educadores nas áreas de educação infantil, como forma de ampliar os conhecimentos e assim qualificar a educação. Com todos esses aportes, os profissionais que trabalham com crianças poderão ter uma nova visão de criança, respeitando-a e contribuindo em seu crescimento, de forma a desenvolver vivências que terão significados quando maiores.

Finalizando este capítulo e ao longo das discussões entre a assistência nas creches, destinadas as ações de cuidar e o caráter pedagógico direcionados a pré-escola, direcionados ao educar, entende-se que se possuía uma separação entre as

ações de cuidado e educação, e que ao longo da história da educação infantil foi se reestruturando e construindo o pensamento das ações de educar e cuidar como indissociáveis, sendo uma dependente da outra, não existindo o cuidar sem o educar e vice versa. As práticas de educar e cuidar são definidas em documentos que enfatizaram sua interligação e definiram como se deve vivenciá-las no cotidiano das instituições, para isso precisou-se definir e dar significado a cada palavra e depois, identificar como as ações se dão na prática com crianças. Por último, descreveu-se o respeito, o direito da criança, a construção da criança com ser cultura e social, que se constrói a partir de relações com o outro, relações interpessoais, e a partir deste ponto de partida ela se relacionará em seu intrapessoal.

Nas relações estabelecidas a necessidade do adulto/professor ser um conhecedor e pesquisador, em busca não só da profissionalização inicial, mas de compreender as necessidades e especificidades de cada criança em sua singularidade, e assim utilizar recursos mais próximos as suas experiências de vida para o desenvolvimento integral da infância.

O cuidar e educar são práticas comuns e naturais na educação infantil, que, quando impulsionados por estratégias, previamente planejadas e bem estruturadas, servirão de alicerce para a formação da criança como ser ativo e atuante em uma sociedade.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa direciona o pesquisador a alcançar objetivos para o desenvolvimento e fundamentação de teorias. Segundo Gil (2002, p. 162) “nesta parte, descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa”, portanto é na metodologia que serão descritos os procedimentos usados na pesquisa para a obtenção de dados e resultados. A ciência é uma das principais fontes de pesquisa a ser utilizada durante a construção deste trabalho. Nas observações o pesquisador irá formar hipóteses e produzir novos conhecimentos, que serão estruturados de forma racional e sistemática.

Neste capítulo será apresentado os dados do estudo, em um Centro Integrado de Educação Infantil (CIEI), na cidade de Cabedelo, onde se estabeleceu a discussão entre os teóricos e documentos estudados e as práticas cotidianas vivenciadas na instituição. A escolha do CIEI, na cidade de Cabedelo se deu por ser considerado uma das instituições de referência, além de ser a maior da cidade, comportando um número significativo de crianças e funcionários, o que proporcionou uma melhor apreciação do ambiente por ser um dos centros de mais recente construção no município, e também pelo fato de encontrar-se mais próximo à minha residência.

O trabalho é baseado em objetivos exploratórios e descritivos, onde se buscou informações que pudessem responder a realidade observada do grupo, estruturando concepções e ideias que contribuíssem para a construção de hipóteses e para as possíveis resoluções dos problemas encontrados.

O objeto de estudo deste trabalho foram as práticas docentes no cuidar e educar na educação infantil, tendo como sujeito da pesquisa os profissionais que atuam na instituição de educação infantil, sendo estes: professoras, cuidadoras, auxiliares de sala e às crianças.

O levantamento da pesquisa foi realizado segundo fontes de informações de campo, que proporcionaram para o trabalho um amplo caminho reflexivo e observatório, tendo como característica a liberdade em sua investigação. Segundo Gil (2002, p. 53) a realização da “pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”. Portanto, a participação do

pesquisador foi de fundamental importância para a coleta de dados, que se analisou de acordo com a natureza qualitativa, que deram subsídios para o levantamento de possibilidades e comprovações, diagnosticando a natureza do problema. Os dados foram coletados através de observações e de um questionário semiestruturado com questões subjetivas e objetivas.

O trabalho se dividiu em três partes, primeiramente foram selecionados os atores, para serem observados durante o estudo, que foi realizado em um CIEI (Centro Integrado de Educação Infantil) localizado na cidade de Cabedelo, integrando a observação e reflexão do estudo a campo. O CIEI é uma instituição de Educação Infantil que abrange diferentes fontes de pesquisa, contribuindo para a análise de dados, a reflexão e contraste com as teorias e formação de novos conhecimentos, produzidos cotidianamente durante a realidade das instituições de educação infantil.

Segundo, buscou-se a observação e o diálogo, junto aos sujeitos da pesquisa, sendo construído um pensamento reflexivo e crítico. Em seguida, foi realizada a aplicação do questionário, que nos auxiliou, de forma a compreendermos o que os sujeitos pensam de acordo com as respostas do questionário.

A coleta de dados ocorreu durante as visitas, juntamente com o grupo investigado, e o apoio da gestão do CIEI, onde foi entregue aos participantes deste estudo de campo um termo de consentimento livre e esclarecido, como forma de preservar a identidade dos sujeitos que participaram espontaneamente.

No último momento se analisou os dados adquiridos através da pesquisa de campo, contribuindo para o desenvolvimento da escrita deste estudo. Diante dos dados fornecidos, foi realizada uma organização do material e através do diálogo entre as fontes bibliográficas consultadas e os dados da coleta de campo, se buscou responder os objetivos deste trabalho, sobre as práticas docentes e as ações de cuidar e educar.

#### 4.1 CARACTERIZANDO O CIEI

O Centro Integrado de Educação Infantil escolhido para o estudo deste trabalho se encontra na cidade de Cabedelo, em uma comunidade de classe popular, que possui uma renda financeira inferior a um salário mínimo. A instituição é composta por

um diversificado quadro de funcionários, sendo uma das creches modelos da cidade, e a maior da região de Cabedelo.

A coleta de dados foi realizada durante oito visitas, no período do mês de abril, onde se realizou o contato com os sujeitos da pesquisa, observação do cotidiano e finalmente a aplicação de um questionário baseado nas práticas docentes e no cuidar e educar da educação infantil como ações indissociáveis.

O CIEI se caracteriza da seguinte forma:

- 1 sala de direção;
- 1 sala de coordenação (esta serve para reuniões, secretaria, sala de professores);
- 10 salas de atividades (9 com solário);
- 1 berçário;
- 67 funcionários;
- 1 cozinha;
- 1 refeitório;
- 1 banheiro para adulto;
- 2 banheiros para criança;
- 1 banheiro adequado à criança com deficiência;
- Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida;
- 1 pátio coberto;
- 1 parquinho;
- 1 pátio descoberto;
- 1 almoxarifado;
- 1 despensa;
- 1 lavanderia.

Sobre os equipamentos didáticos-pedagógicos existentes no CIEI são:

- TV;
- Microsystems/aparelho de som;
- Aparelho de DVD;
- Computadores;
- Notebook;
- Copiadora;
- Retroprojeter.

Durante o período de visita foi observado os seguintes recursos materiais utilizados pela instituição, (porém não tive acesso a todos):

- Papel A4;
- Tesoura;
- Massa de modelar;
- Giz de cera;
- Lápis de cor;
- Tinta guache;
- Cartolina;
- Cola;

- Durex;
- E.V.A;
- Materiais recicláveis (garrafa pet, papelão, rolo de papel etc.);

Materiais de higiene das crianças, o CIEI possui:

- Papel higiênico;
- Toalhas (Cada criança possui a sua);
- Pente (2 divididos para todos);
- Shampoo (1 para todos);
- Perfume (1 para todos, pouco usado);
- Creme de pentear (1 para todos);
- Sabonete em barra (1 para todos);
- Fraldas (Dadas pelos pais das crianças de até 3 anos);
- Calcinhas e cuecas (Disponibilizado pela creche para passar o dia, depois devolvem a lavanderia);
- Lenções para os colchões (São dividido dois colchões por criança)

O espaço da instituição é amplo, com salas bem estruturadas, o ambiente encontra-se limpo, as ventilações dos lados externos são favoráveis, nos ambientes internos possuem janelas que proporcionam melhor corrimento do vento, apenas as salas do berçário e do infantil V, possuem ar-condicionado, sendo as demais com o uso do ventilador. O refeitório encontra-se sempre limpo, sendo as professoras e monitoras encarregadas de limpar as mesas após as refeições. O mobiliário disponível da instituição se encontra em boas condições de uso, caracterizando-se por cadeiras, mesas, prateleiras, estantes, armários, berços e colchões. Os brinquedos não se encontram em boas condições, muitos se encontram quebrados, sendo poucos para a quantidade de crianças.

Sobre o atendimento prestado às crianças, este ocorre em tempo integral e nas seguintes turmas:

**Quadro 1 - Atendimento prestado à criança, turno integral:**

Turma	Faixa etária
Infantil I	1 ano
Infantil II (A, B, C)	2 anos
Infantil III (A, B, C)	3 anos

Infantil VI (A, B, C)	4 anos
Infantil V (A, B) 2 turmas em turnos separados	5 anos
Total de crianças matriculados na instituição: 155 (Aproximadamente)	

FONTE: quadro produzido pela pesquisadora, 2019.

Sobre os profissionais que atuam na instituição, os dados coletados nos permitiram construir o quadro que segue:

### Quadro 2 – profissionais que atuam na instituição

Cargo/função	Quantidade
Profissionais da gestão da instituição:	
Gestor(a)	01
Vice gestor(a)	01
Secretário(a)	01
Equipe pedagógica:	
Supervisor(a)	01
Equipe docente:	
Professor (a)	22
Monitor(a)	26
Cuidador(a)	0
Corpo técnico e de apoio:	
Auxiliar de serviços	05
Cozinheiro(a)	04
Vigilante (a)	04

FONTE: quadro produzido pela pesquisadora, 2019.

O CIEI possui o Projeto Político Pedagógico (PPP), do ano de 2017 o qual, segundo a gestora, encontra-se em andamento para atualização agora em 2019, sendo os participantes da reformulação a equipe gestora e pedagógica. As informações foram concedidas pela gestora que se encontra no cargo há quase dois anos.

A instituição realiza o planejamento pedagógico uma vez por mês, onde se suspende as atividades da instituição para a participação da equipe pedagógica e das professoras, sem participação das monitoras. Uma vez por mês também acontece uma formação para as professoras, onde são ensinados procedimentos e atividades pedagógicas. As atividades realizadas com às crianças são baseadas em projetos pedagógicos, divididos por bimestre.

A avaliação realizada do desenvolvimento das crianças é feita com base no diário de classe e bimestralmente os professores entregam um relatório de cada criança, que de acordo com o que é observado, se houver algo que os chame atenção ou algo para ser descrito, são colocados nas observações. Também os docentes usam um caderno de ocorrência para escrever eventuais acidentes físicos com às crianças.

#### 4.2 OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÃO DA COLETA DE DADOS

Iniciando as observações no CIEI na cidade de Cabedelo, foi percebível uma rotina seguida cotidianamente, descrita da seguinte forma:

##### Horário da manhã

- Recepção das crianças;
- Troca de roupa de casa pela calcinha/cueca da instituição;
- Café da manhã;
- Volta à sala de atividade para possíveis atividades ou brincadeiras;
- Parque (de acordo com a idade as turmas s dividem no horário);
- Tomar banho;
- Troca de calcinha/cueca;
- Almoço;
- Dormir;

##### Horário da tarde

- Acordar;
- Lanchar;
- Atividades direcionadas pelas professoras;
- Tomar banho;
- Troca de roupa;

- Espera dos responsáveis.

Diante do observado todos os dias, as rotinas das salas são iniciadas e terminadas desta maneira, enfatizando os horários do banho, que são vivenciados de forma rápida para dar tempo de outras turmas tomarem banho dentro do horário estimado. As refeições são realizadas por turmas, e à medida que uma turma sai, outra já se direciona para o refeitório. Se observou que a creche possui uma alimentação diversificada, nos tipos de feijões e carnes, e no café da manhã e lanche da tarde. Em nenhum dos dias foi observado uma alimentação com frutas, e nenhum direcionamento às práticas de uma alimentação saudável.

## 5. OBSERVAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA

No primeiro dia de visita foi realizado os primeiros contatos com a instituição e a gestora, onde foi solicitado que me dirigisse até a Secretária de Educação de Cabedelo para a solicitação da autorização para as observações. Na Secretaria de Educação de Cabedelo, fui atendida pela secretária de educação da cidade, que me autorizou a realizar as visitas na instituição escolhida. Após receber o papel assinado por uma das coordenadoras da educação, pude continuar minhas observações.

Em conversa inicial com a gestora, pude perceber a rotina do CIEI, como era destinado o atendimento aos pais, onde muito me chamou atenção o horário de entrada das crianças na instituição até às 07horas15minutos, depois deste horário, caso os pais fossem deixar seus filhos, retornariam para casa junto com a criança por chegarem fora no horário determinado pela gestão. Neste dia não pude ficar por muito tempo pelo fato de precisar do consentimento da secretaria.

A segunda visita foi realizada no horário da manhã e pude observar a sala de atividade do Infantil III, idade de três anos, onde se encontrava uma professora e onze crianças, sem a monitora que se encontrava de dispensa de saúde.

A rotina aconteceu idêntica à descrita anteriormente, com todos os horários pré-estabelecidos para cada turma de crianças, porém no horário das atividades direcionadas, a professora cantou algumas músicas com às crianças sentadas nas cadeiras, fez a leitura de cartazes, onde constavam a rotina, regras de convívio entre às crianças e os nomes de cada uma. Após este momento, às crianças foram liberadas para interagir com os brinquedos da sala, que não se encontravam em bom estado de uso, além da quantidade não suprir a todas. A professora neste momento ficou em frente a porta, como forma de observar e reter às crianças na sala, e depois de mais de 25 minutos, às crianças foram chamadas para o parque. É percebido que a falta de intencionalidade e planejamento nas atividades das crianças, é descrita segundo o contexto observado, onde o adulto/educador não interage com a criança, sendo construído uma relação de poder entre adultos e crianças, e a percepção do desconforto nas atitudes e olhares das crianças tornam-se visíveis.

No momento do banho, a professora foi para o banheiro levando em torno de três crianças por vez, e então minha participação foi apresentada, na ajuda de trocá-las e penteá-las. Segue o restante da rotina do dia.

A professora da turma observada, não possui nenhum curso na área de educação infantil, sendo formada em cursos administrativos e em formação em direito.

As crianças são extremamente comunicativas, inventivas, criando diversificadas brincadeiras de acordo com o disponível em material e imaginação. Dialogam entre si e questionam quando possuem dúvidas, porém suas necessidades expressas através do choro nem sempre são dadas a atenção devida e é perceptível uma carência de carinho e afeto das crianças para com os adultos envolvidos na sala.

A reflexão quanto às práticas realizadas nas vivências com às crianças, é fundamental para proporcionar novos olhares e construções de atividades que atribuam significados para elas, sendo construídos novos conhecimentos, a partir de suas experiências e fundamentadas em bases teóricas que serão propostas/oferecidas pela profissional de educação. Repensar a metodologia e as práticas é fundamental na vida de uma educadora, ampliando a maneira de pensar, visualizar e compreender a singularidade de cada criança. Segundo Barbosa (2009, p. 61)

Significa não apenas aceitar que às crianças tenham respeitados seus ritmos, mas também propor trabalhos diversificados que contemplem diferenciados modos de pensar e operar sobre o mundo, propondo práticas educativas que integrem a atenção e o respeito às particularidades das crianças em seus modos de produzir significados no e com o grupo.

Ao perceber às crianças em suas especificidades, a professora irá contemplar seu ritmo de desenvolvimento, observando e obtendo um olhar peculiar, não homogeneizando todas às crianças, mas percebendo como cada uma está se desenvolvendo em seu tempo. Este olhar minucioso para cada criança irá subsidiar práticas pensadas, de acordo com a experiência de cada criança, de forma a englobar numa mesma atividade, direcionamentos pedagógicos diferentes, contemplando a todas às crianças e, principalmente, desenvolvendo diferentes aspectos, a partir da intencionalidade exposta na atividade, que vai proporcionar diferentes resultados para cada criança.

A terceira visita, também realizada no horário da manhã, na turma do Infantil IV, foi observada com a mesma rotina descrita anteriormente, porém em horários pouco diferentes. Depois do café da manhã às crianças voltaram para a sala e ficaram sentadas no chão, esperando um desenho que seria colocado no datashow para as três turmas do Infantil IV. A atividade realizada pelas professoras é nomeada de

cineminha, que segundo elas acontece uma vez por semana. Neste momento o datashow deu problema no áudio o que fez com que demorasse mais do que o esperado, o que ocasionou a dispersão das crianças que começaram a conversar e brincar, isso incomodou as professoras e monitoras, que começaram a gritar pedindo por silêncio e atenção ao desenho. Em seguida, foram para o parque por cerca de 30 minutos e após voltaram para a sala. E prosseguem a rotina de banho, almoço e dormir.

Esta visita me trouxe grande incômodo profissional, pelo fato de a todo momento às crianças serem forçadas a permanecerem sentadas nas cadeiras, ouvindo gritos de “silêncio” e de “se sente”, onde em nenhum momento se apresentou uma atividade direcionada pela professora, que justifica a falta de paciência por se encontrar sozinha na sala, sem auxiliar. A interação adulto-criança se dá de maneira distante, sem em nenhum momento adultos e crianças construírem uma relação de conversa, diálogo e principalmente respeito.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vai descrever em uma de suas dez competências para a educação básica, o respeito como um dos principais pilares para a educação. De acordo com a BNCC (2017, p.10),

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

A BNCC aponta dez competências que articulam-se na construção de novos conhecimentos, na formação de valores e atitudes e na contribuição do desenvolvimento de novas habilidades para toda a Educação Básica. O destaque feito a competência de número nove é relativamente reflexiva ao observado no contexto das crianças e da professora da turma de Infantil IV, onde é percebido a dificuldade em colocar-se no lugar do outro, gerando a falta de respeito, o que resulta em uma construção de relações entre adultos e crianças com grande falta de respeito, sendo exercido o poder pela professora e a submissão e o desconforto das crianças com relação a maneira de falar da educadora durante a vivência e em determinadas atitudes.

No dia seguinte pela manhã, fui direcionada pela gestora para ficar na sala do Infantil II, com crianças de 2 anos. Ao chegar, às crianças estavam chorando muito

por conta da separação com os pais. A professora paciente e calma aos poucos foi fazendo a troca de roupa, neste momento ela conversava com às crianças, mesmo essas ainda não sabendo falar, porém iam se comunicando por olhares, choros, movimentos e gestos. À hora do lanche é bem difícil, pois só tinham duas professoras para 17 crianças, estas ainda são dependentes para se alimentarem, pois não manuseiam os talheres. A professora muito ágil, foi separando duas crianças por vez, e levava a colher a boca de uma e depois de outra criança. Nesta turma as professoras realizam nos momentos de atividades direcionadas danças e brincadeiras, a exemplo de bolinhas de sabão, o que encantou às crianças que ficaram atentas as bolhas, rindo e dançando ao mesmo tempo. Após foi o cineminha na televisão. Ficaram cerca de 40 minutos assistindo várias músicas infantis em vídeo, e depois de terminado momento, às crianças começam a sentir fome. As professoras se dividem, onde uma deu o banho, este foi dado de forma calma, em uma ducha de chuveiro, no chão do banheiro onde às crianças ficam em pé e a professora dá o banho.

Neste momento em diálogo com a professora ela cita sua insatisfação de algumas professoras da instituição não gostarem de dar o banho, porém ela relata o prazer em brincar com eles durante o banho e observar como se encontram fisicamente, sendo assim, ela afirma que sempre reveza os dias com a monitora em momentos de cuidado higiênico.

A professora desta turma possui um olhar atento às crianças, conversa com elas, brinca, pede obrigada e por favor, o que me chamou atenção durante a observação, pois ela pouco altera o tom de voz, apenas em alguns momentos que às crianças tentam morder ou puxar o cabelo da outra. A educadora possui “curso de Pedagogia do Campo, o que lhe ofereceu conhecimentos sobre as fases de desenvolvimento das crianças, atenção as necessidades e cuidado com o bem-estar delas, fornecendo atividades lúdicas para auxiliar no desenvolvimento de cada uma, respeitando o tempo de desenvolvimento de cada” – palavras da professora. Nesta turma às crianças possuem necessidades específicas, como o colo e o acalento, e muitas vêm de casa sem ter o que comer, portanto nos momentos de lanche se alimentam bem. Algumas vivem em situações precárias, o que geram algumas peculiaridades no olhar da professora, que sempre estava atenta ao corpo em caso de doenças de pele e aos sentimentos das crianças que se expressam de diversas maneiras. Essa descrição foi observada e, também, relatada pela professora.

A professora de educação infantil tem a função de proporcionar experiências que contribuam no desenvolvimento da criança, sendo oferecido um ambiente acolhedor onde a criança sintá-se confortável durante a sua estadia na instituição de educação infantil e que suas necessidades sejam atendidas, de forma a subsidiar um espaço que demonstre segurança, assim colaborando na construção da autonomia das crianças. Segundo Strenzel (2007, p. 3),

A professora como organizadora do espaço em que às crianças irão ficar permitirá a circulação delas com tranqüillidade e autonomia. Neste sentido, o adulto passa a ser o organizador, podendo circular entre às crianças. A rotina estaria assim, centrada nas relações estabelecidas entre adultos e crianças e entre elas. A organização dos espaços, dos brinquedos e da rotina da creche, favorece as ações e interações entre adultos e crianças e entre elas, num ambiente afetivo e acolhedor.

O acolhimento das crianças, seja na sua chegada e durante à rotina da creche é fundamental para a formação da autonomia da criança. Quando a criança vivencia um ambiente, onde os adultos estão à disposição e encontram-se atentos às suas necessidades básicas, sendo afetuosos e pacientes diante das expressões de cada criança, esta construirá uma segurança emocional que lhe permitirá explorar novas possibilidades e novos relacionamentos com outros indivíduos de diferentes idades. Portanto, destaca-se a importância do papel da profissional de educação infantil como mediadora e proporcionadora de um ambiente estimulador à criança.

Na quinta visita estavam juntos os três Infantis III (A, B e C) por consequência de uma formação que estava acontecendo para as professoras. Na sala tinham duas professoras uma da manhã e outra da tarde e três auxiliares. Às crianças tiveram a mesma rotina inicial: chegada na creche, troca e café da manhã, em seguida foram para a sala onde as professoras colocaram brinquedos espalhados no chão. Neste dia os pais o buscaram de 11 horas, pois como algumas professoras da manhã estavam em formação, à tarde não teve expediente para essas. Após os brinquedos, foram almoçar e ligeiramente tomaram banho. Neste dia, tinha uma equipe da secretaria, para pesar e medir às crianças. Nenhuma atividade direcionada foi realizada. Uma das auxiliares que estava sozinha, sem a sua professora da turma, ficou mais perto de mim, e percebi que ela não possuía muito conhecimento pedagógico e teórico. O trabalho dela é característico em observar às crianças para que fiquem sentadas e ajudar a professora na sala, na hora do banho e da troca.

A separação das funções da professora e da auxiliar é destacada de forma bem clara em seus diálogos, onde professora educa e a auxiliar/monitora tem a função de apenas cuidar, segundo a fala da auxiliar da sala. A auxiliar vai distanciar as duas ações de cuidar e educar como práticas indissociáveis. Macêdo e Dias (2006) evidenciam esta separação das funções de professoras e monitoras, de acordo com o pensamento de muitos profissionais da educação, onde vão classificar suas funções de acordo com a formação educativa.

Todavia, tenho presenciado nas instituições de atendimento às crianças pequenas professoras com funções hierarquizadas, ou seja, há aquelas, sempre com melhor formação que se dizem mais preparadas para realizar as atividades educativas, mais escolarizantes e há as que geralmente não possuem formação específica para realizar atividades educativas. Estas últimas ficam com as funções de cuidado como alimentação, banho, troca de roupa, higiene, entre outras o que é inconcebível, pois ambas as funções são indissociáveis. (MACÊDO; DIAS, 2006, p. 5)

A desconstrução da separação das ações de cuidar e educar é necessária na formação de profissionais que atuam com crianças, independente de seus cargos. Compreender o cuidado e a educação como ações que estão em constante relação é de fundamental importância para o desenvolvimento das crianças. Quando educadores não possuem o devido conhecimento do assunto, acabam reproduzindo ações engessadas e sem significados para às crianças.

Durante as observações deste dia, ainda foi possível identificar que esta monitora não possuía um conhecimento de como ajudar crianças em suas necessidades. Pude perceber através de uma criança que chorava, que não se encontrava bem, então disse para ela o colocar no braço, pois não estava se sentindo bem. A auxiliar o colocou, ele se acalmou e começou a cochilar, como ela estava de olho nas outras crianças e possuía pressa para que terminassem de comer, me deu o menino no colo e ajudou as demais crianças a se alimentarem mais rápido, limpando a mesa e retornando a sala. É possível identificar a falta de conhecimento e sensibilidade para com à criança, por isso é preciso que instituições de educação infantil revejam seus conceitos e elaborem formações que integre a todas às profissionais que trabalham com crianças.

A sexta visita aconteceu no mesmo dia da quinta, modificando o horário. Na sala de atividades se encontravam doze crianças que estavam acordando, duas professoras e duas auxiliares que estavam para ajudar, já que algumas professoras

da tarde não trabalharam. A professora colocou música e eles foram se sentando e deitando no chão. Em seguida, a professora começa a cantar músicas, estimulando às crianças para formarem uma fila, pois era à hora do lanche. Após eles lancharem em fila e dançando com a música cantada pela professora, voltaram para à sala, sentaram-se em roda e iniciaram orações, e cantaram variadas músicas direcionadas pela educadora, onde às crianças se divertem e participam. Após esse momento foi feita uma atividade individual com folha A4, pregada na parede para cada criança. A professora conversa com às crianças, e fala que na folha poderiam pintar e desenhar o que quiserem com tinta, e exemplifica fazendo um desenho. A educadora propõe um combinado de não se sujarem, nem pintarem a parede de tinta, e assim ao som de música, eles pintaram de maneira criativa e divertida, expressando em palavras o que estavam fazendo.

Seguindo esta atividade a outra professora que é da manhã, coloca uma folha no chão e desenha o corpo de uma criança na cartolina, e começa a perguntar às partes do corpo e cantar músicas com o tema, onde é observado a interação e o divertimento durante os comandos. Concluindo o dia com o jantar e o banho e depois vão para o parque, onde a professora coloca música, para às crianças que brincam um pouco e ela pede que sentem para comer à pipoca que ela trouxe, e eles comem e conversam, interagem com a professora. Depois voltam para a sala e a professora entrega uma folha e massinha de modelar para brincarem em cima da folha, de forma a não sujar a mesa. Às crianças exploram a massinha, e a professora propõe desafios, de fazer animais e começa a fazer junto com eles, dando-lhes comandos. Às crianças ao conseguirem fazer um animal, exemplo de uma cobra, expressam-se com gritos e risadas, avisando as professoras que conseguiram e, assim, recebem o elogio da “tia”. Os que dizem não vão conseguir, a professora incentiva para tentar, usando palavras de autoestima. Os pais começam a chegar e ela entrega e informa que neste dia vai recado na agenda.

Em minha observação, percebi o prazer da professora em estar com às crianças brincando e cantando, sempre lembrando que todos são amigos, incentivando atitudes de carinho e respeito. As atividades são direcionadas, e às crianças possuem concentração durante as vivências. A professora não se utilizou de gritos, mas de voz firme nos momentos necessários, onde às crianças recebem e compreendem.

Neste dia pude perceber e refletir a prática da professora, de forma a compreender que muitas vezes os profissionais da educação deixam-se levar por caminhos que os tragam conforto e facilidades, mecanizando práticas e desconsiderando a criança como um indivíduo que imagina, cria e transforma o ambiente, de acordo com o que lhe é proposto. Barbosa cita que,

Não há necessidade de material didático pronto para o professor aplicar e nem de cartilhas ou livros didáticos para às crianças. Mas, há relevância na criação de espaços de participação onde às crianças coloquem seus conhecimentos em jogo, permitindo confronto de idéias e opiniões, formas diferenciadas de resolução de problemas e questões, assim como a proposição de novos desafios, que ensinarão às crianças a se apropriarem da cultura e a desenvolverem seu pensamento. (BARBOSA, 2009. p. 37)

Preparar um ambiente, pensar qual a melhor forma de realizar determinada atividade de forma que garanta o desenvolvimento da criança é essencial na vida do professor. Portanto, a professora deve constantemente repensar, refletir e planejar qual à melhor forma de vivenciar determinada ação/atividade para às crianças. Isso é pensar na criança.

Às duas últimas visitas foram realizadas no mesmo dia. Pela manhã e tarde na turma do Infantil IV, onde às crianças também cumprem as mesmas rotinas, porém nesta turma a professora praticou mais atividades direcionadas, trabalhando com o desenho e músicas infantis, realizou rodas de conversas, o que demonstra uma compreensão na fala das crianças e atenção às suas necessidades. As atividades ligadas a vida prática como o banho, o vestir e a alimentação são realizadas sem intenções educativas, como em todas as outras turmas observadas. No horário da tarde, por falta de água às crianças foram liberadas mais cedo, e me sobrou tempo para conversar com a diretora sobre o Projeto Político Pedagógico da instituição e sua atuação durante esse tempo. As professoras das crianças não foram liberadas, tendo que ficar até o horário normal do ponto, isso me proporcionou uma conversa mais calma com algumas.

As observações proporcionaram um olhar amplo das atitudes das educadoras, as dificuldades e o real motivo de estarem na profissão. Das quatro turmas observadas, três professoras responderam ao questionário (que foram identificadas pelas letras "A", "B" e "C") e uma monitora. Das professoras que responderam o questionário, duas professoras são do infantil III (uma das professoras que respondeu

ao questionário voluntariamente, não está descrita nas observações, apenas participou do questionário) e uma do infantil IV, e a monitora do infantil IV. Duas professoras atuam no turno da manhã e uma no turno da tarde. E a monitora atua no turno da manhã.

A primeira parte do questionário se referia a questões sobre o perfil das profissionais, com respostas pessoais e profissionais. Descrevendo o perfil, todas são do sexo feminino, com idades de 18 anos e acima de 35 anos, atuando na área de educação entre 1 ano e acima de 10 anos. Três moram em Cabedelo e uma em João Pessoa. Nas questões dos níveis de formação foi identificado que duas professoras “A” e “B” possuíam o Curso de Letras Português, a “C” em Gestão Pública e Direito e a auxiliar “M” está cursando Pedagogia. Todas as professoras possuem curso em magistério. A faixa etária das crianças são entre 2 a 4 anos de idade.

Foram realizadas cinco questões dissertativas, que serão descritas na ordem. A primeira questão se deu pela seguinte pergunta: O que você entende por cuidar e educar na Educação Infantil?

A professora “A” descreve “Proporcionar um desenvolvimento para que a criança possa estar capacitada a realizar suas necessidades básicas em sociedade”. A resposta da professora sintetiza às funções de cuidar e educar, não atribuindo sua plenitude no desenvolvimento da criança. Educar e cuidar estão intrinsecamente relacionados e são funções realizadas em todo momento, durante qualquer relação pessoal. A professora “B” respondeu que “A criança necessita de um olhar de cuidado ao mesmo tempo que educamos”. A resposta revela que as ações devem acontecer ao mesmo tempo, porém é notável uma separação de funções, pois o cuidado nesta questão está resumido às ações físicas e o educar ao pedagógico. A professora “C” expõe que “O cuidar está direcionado a tudo que acontece no dia a dia escolar e o educar refere-se ao aprendizado da criança”. A compreensão dos significados das palavras é destacada nas respostas, porém o entendimento que às ações são realizadas conjuntamente, sendo que não se educar sem cuidar e vice versa, são conhecimentos ainda desconhecidos pela professora. A monitora descreveu que “A educação Infantil é uma área que lhe permite cuidar e educar, educar às crianças para que elas possam refletir no futuro”. A resposta da monitora faz-me recordar quando descrevi o histórico da educação infantil, onde a criança só não é percebida e só ganhava maior visualização quando adulta. A reflexão da criança não deve acontecer

no futuro, mais no presente. A criança é um ser pensante que imagina, cria e recria, portanto tudo ao seu redor vai ter significado no presente, sendo refletido também em seu futuro, porém não quer dizer que a professora educa hoje para refletir no amanhã, mas a criança, a partir do momento que se relaciona, ela constrói novos conhecimentos e a partir deste reflete suas ações.

As respostas das profissionais demonstram a falta de conhecimento entre os significados de cada palavra e da efetivação das ações de cuidar e educar no cotidiano adulto-criança, como práticas inseparáveis.

A segunda questão foi: Como você descreveria a função do professor nas relações de cuidar e educar realizadas no cotidiano? A professora “A” descreveu que “Temos a função de mediador do conhecimento, desenvolvendo com as práticas do dia a dia”. A resposta da professora faz-me refletir a respeito de mediar, qual o significado desta ação na educação infantil. O profissional da educação deve estar para além de mediador, sendo um atuante profissional, criador de possibilidades, onde reflete sua prática com forma de melhorar o processo de desenvolvimento das crianças. A professora “B” respondeu que “O professor ao mesmo tempo que transmite o conhecimento ou faz mediação, ele cuida com todo amor e carinho.” A resposta da professora “B” é descrita de maneira tradicional, ao ponto de descrever a criança como uma folha em branco, onde ela depositaria informações. Perceber que ainda existe este tipo de pensamento é absolutamente entristecedor. Ao observar uma criança, durante poucos minutos, pode-se perceber como são criativas, transformadoras e imaginativas. Às crianças desde a barriga de suas mães, já encontram-se em desenvolvimento, diminuí-las a um ser imóvel é desrespeitar suas experiências e sua autenticidade como um ser em sociedade. A professora “C” descreve que “O professor é o norteador da relação cuidar e educar, mas isso implica fazer o melhor para a criança de acordo com a necessidade de cada uma”. A resposta da professora destaca uma preocupação às necessidades das crianças, percebendo que é preciso refletir as práticas pedagógicas para adaptar-se à realidade da criança. A monitora por sua vez descreveu que “A função do professor é super importante. O professor tem que acolher seu aluno, além de educar tem que ter o cuidado. Analisando seu método pedagógico.” Verifica-se que a monitora descreveu a função do professor, definindo as ações segundo assistência e o pedagógico, sem a reflexão

de que quando se cuida, também se educa, pois durante as relações sociais existem trocas de conhecimentos entre todos os indivíduos participantes.

Na terceira questão, foi feita a seguinte pergunta: Como você descreveria a função das auxiliares e cuidadoras nas relações de cuidado e educação das crianças? A professora “A” descreve que “Auxiliar às crianças em suas necessidades básicas e a professora em suas atividades pedagógicas”. A resposta da professora “A” destaca uma separação de funções entre professor e monitor. Sendo distanciada as ações de cuidar e educar para ambas. A professora “B” expõe que “Ao mesmo tempo que cuida é um mediador que transmite o que sabe.” De acordo com o exposto, a docente “B” reescreve a mesma função de transmissor de conhecimento para a auxiliar, além de separar as ações de cuidar e educar. A professora “C” respondeu que “Assim como o professor, são importantes facilitadores desse processo de construção e conhecimento de si.” A resposta resume o desenvolvimento da criança consigo mesma, desconsiderando o ambiente e as relações interpessoais ao seu redor. A monitora descreve que é “Uma peça fundamental o papel do auxiliar e do cuidador. Com o auxiliar o professor pode se expressar e desenvolver sua aula estando sempre com parceria com o auxiliar.” A monitora destaca uma separação entre as funções de professoras e auxiliares, sendo a professora para atividades pedagógicas (educação) e a auxiliar para ajudar em necessidades físicas (cuidado) e de apoio a professora, diminuindo as funções de ambas as partes, que devem realizar as ações de cuidar e educar sem separação. As respostas revelam a dicotomia que se estende em separar as funções dos adultos e as ações de cuidado e educação, sem atentar que uma não se realiza sem a outra.

A quarta questão tinha como pergunta: Como as ações de cuidar e educar podem contribuir para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil? A professora “A” descreve que “Através do brincar e das práticas do dia a dia exercida pelos que os cercam, às crianças aprendem por meio da observação”. Às crianças se desenvolvem por meio da observação, mas também pela vivência, portanto preparar um ambiente instigador é fundamental para o desenvolvimento da criança, onde criasse possibilidades que ela possa formar novos conhecimentos e criar diferentes resoluções de problemas, de acordo com a experiência proposta. A professora “B” responde que “A partir daí eles aprendem muito, esse momento é muito importante”. A resposta da professora é confusa para uma reflexão, pois ela descreve que, “a partir

daí eles aprendem muito”, mais pergunto-me a partir de onde? O cuidar e educar são funções que são efetivas/atuentes na educação infantil, em todas os momentos, sua contribuição está ligada ao desenvolvimento das crianças, de acordo com a intencionalidade da educadora. A professora “C” descreve que “Respeitando as necessidades de cada criança, ouvindo, interpretando e respeitando suas particularidades.” A resposta demonstra que para a criança se desenvolver, são indispensáveis diversificadas atribuições ao universo infantil, sendo preciso atentar para as suas necessidades, oferecendo um ambiente que lhe permita explorar diferentes relações sociais, ambientes, situações problemas e vivências pensadas segundo a realidade das crianças. De acordo com Macêdo e Dias (2006, p. 4) “é possível afirmar que o desenvolvimento integral da criança só pode se materializar a partir da superação da dicotomia cuidar/educar e conseqüentemente, por meio da integração destes dois processos”. Para que o desenvolvimento da criança aconteça, é necessária uma superação do pensamento ambíguo destas ações, sendo ressignificados suas ações durante as práticas com às crianças. A monitora deixou a questão sem resposta, no momento em que respondia o questionário ela demonstrou uma dificuldade em compreender a pergunta, o que a fez não responder à questão.

A quinta questão se deu da seguinte pergunta: Diante de sua experiência como professora, quais as maiores dificuldades enfrentadas por você no cotidiano educacional, ligadas ao cuidar e educar no desenvolvimento das crianças? A professora “A” descreve que “As condições de trabalho que nos é oferecida, sem dúvida, é um dos maiores problemas na educação”. Percebo que a professora se referia aos materiais didáticos simples, como lápis de cor, folhas entre outros, além de materiais higiênicos. Segundo seu relato, muitas professoras compram com o seu próprio dinheiro. A professora “B” descreve que “A participação ativa dos pais ou responsáveis”. A professora “C” expõe que “A ausência e omissão dos pais no processo de cuidar e educar. A distorção do que construímos durante a semana”. E a monitora descreve que “Os recursos nos privam muito de desenvolver, criar e trabalhar as atividades com às crianças. ”

Ao considerar à realidade da instituição pública, é bem verdade que à falta de materiais e recursos são um dos grandes obstáculos da educação infantil, além da ausência dos pais que trabalham para sustentar suas famílias, quando não estão submetidos a uma vida de vícios que transparecem nas atitudes, muitas vezes das

crianças. Mais acredito que os problemas de cuidar e educar no desenvolvimento das crianças, estão além dessas realidades.

A falta de conhecimento, de criatividade, de reais soluções para os problemas deve ser trabalhada inicialmente nas instituições, diante de todos os componentes da creche ou pré-escola, de forma que todos se conscientizem e compreendam às necessidades das crianças, respeitando-as em suas singularidades, proporcionando um ambiente que estimule seu desenvolvimento, através de atividades/vivências intencionais.

Nas respostas objetivas finais do questionário, todas marcaram as mesmas respostas, porém a auxiliar “M” deixou as respostas sobre planejamento sem marcar e explicou que quem auxilia não participa de formações e dos planejamentos. A desconsideração com a auxiliar é evidente. Ao refletir a não participação da auxiliar nos planejamentos e formações, penso em como a auxiliar vai compreender os processos de desenvolvimento da criança, suas necessidades, caso a professora vivencie uma atividade diferente com às crianças, como ela vai se portar, concordando com tudo, ou discordando e omitindo-se por ser auxiliar, diminuindo sua função. Afirmo que a educação infantil tem muito o que repensar e desconstruir para que possua uma boa qualidade de ensino em sua realidade.

A sexta questão versava sobre se o planejamento semanal é organizado com atividades voltadas para que o cuidar e educar aconteçam e todas as professoras responderam que “Sim”. A sétima questão perguntava sobre se nas reuniões de planejamentos pedagógicos são realizados diálogos que abordem as ações de cuidar e educar nas vivências com às crianças e todas as professoras responderam que “Sim”. A oitava questão se referia a se os planejamentos pedagógicos da instituição consideram a importância das ações de cuidar e educar como? As professoras “A” e “C” responderam que era importante e a professora “B” que era muito importante. A nona questão perguntava se é possível cuidar sem educar e vice e versa e todas as professoras responderam que “Não”, a monitora não respondeu a questão. A monitora em alguns momentos demonstrou não compreender as perguntas, preferindo não responder as questões. Afirmo de acordo com o diálogo realizado no momento da realização do questionário. E a última questão era relacionada a se o cuidar e educar devem acontecer simultaneamente, de forma indissociável, e todas as professoras e

a monitora responderam que “Sim”. Algumas perguntaram qual o significado de indissociável, e então as expliquei que é algo inseparável, que encontram-se ligados.

Diante de todo o exposto sobre as observações e as respostas obtidas através do questionário, percebe-se que as professoras compreendem a indissociabilidade das ações de cuidar e educar, porém as definições que atribuem as palavras de cuidar e educar são reduzidas a uma separação das ações. Sendo o cuidar ligado apenas as ações físicas e o educar as aprendizagens. De acordo com Campos (1994, p. 32),

[...] se queremos apenas garantir um lugar seguro e limpo onde às crianças passem o dia, o profissional deverá apresentar características apropriadas para essa finalidade: estar disposto a limpar, cuidar, alimentar e evitar riscos de quedas e machucados, controlando e contendo um certo número de crianças.

Porém, sabe-se que a função da Educação Infantil não é de controlar às crianças, pois criança saudável é a criança que dança, conversa, canta e explora o ambiente, compreendendo que existem regras na sociedade e que através de uma comunicação estabelecida e da criatividade, a criança estará formando um pensamento reflexivo para a resolução de problemas. A BNCC (2018) define que a Educação Infantil precisa promover na criança o desenvolvimento integral, colaborando para a compreensão do respeito à infância.

Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais às crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que às crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano (BNCC, 2018, p. 43).

Durante as observações das práticas das professoras, e de acordo com o questionário, percebe-se uma crítica, quanto aos recursos destinados as instituições, sendo resultado da falta de materiais e, portanto, um problema sem resolução previamente.

Destacando os direitos de aprendizagem descritos na BNCC (2018), pode-se citar o direito de explorar, onde vai especificar que devem ser explorados elementos da natureza dentro e fora da escola, refletindo, o documento vai direcionar diferentes caminhos para o desenvolvimento da criança, identificando que mesmo com a falta de recursos que abrange grande parte das instituições de educação infantil, faz-se

necessário o professor promover e usar da criatividade, para que se possa realizar atividades que instiguem a criança a celebrar a natureza, assim explorar as suas mais variadas diversidades.

Propiciar um ambiente limpo e com materiais e espaços para serem realizadas atividades é fundamental, porém quando não se existe a referida ajuda do poder público, o desafio para os educadores é ainda maior, pelo fato de ter que contar com as ferramentas/objetos que tem. Conjuntamente a estas ferramentas, podem se utilizar da imaginação para criar o novo de maneira singular e significativa para às crianças, dentro de suas próprias experiências.

Outro ponto que foi observado durante a pesquisa de campo foi o nível de profissionalização das professoras e monitoras. Durante a pesquisa se observou que apenas a monitora tinha o curso de Pedagogia, e as demais tinham formação em outros cursos, sem nenhuma competência ligada a Educação Infantil. Surge a problemática novamente neste sentido da compreensão e do respeito à criança. Como respeitar e garantir direitos se não houver nenhum estudo, nenhuma formação continuada que dê fundamentos para a compreensão e como resultado a efetivação do respeito às singularidades e necessidades e a garantia dos direitos da criança, na busca de uma construção de identidade institucional.

[...] os adultos possuem uma intencionalidade pedagógica referenciada não apenas em valores pessoais e contingentes, mas em interpretações coletivas dos princípios debatidos e estabelecidos na sociedade através de suas legislações e teorias educacionais que foram apropriadas em programas de formação profissional que criam uma identidade institucional. (BARBOSA, 2009, p. 59)

Pensando no CIEI, questiona-se como introduzir nas vivências das professoras as práticas de cuidar e educar como ações indissociáveis e realizá-las de maneira intencional, se não fundamentarem seus pensamentos em documentos legais e teorias na área de educação infantil, que contribuam para a formação de uma identidade institucional, construída por todos os componentes da instituição.

Ao refletir sobre os direitos das crianças, também surge a crítica ao respeito das professoras em relação às crianças, não identificando apenas nas falas exageradas e gritantes durante a realização deste estudo, mas a falta de sensibilidade com o ser criança, que encontra-se em constante desenvolvimento e possui necessidades que não devem ser tratadas como insignificantes, ou descritas como ações de mimos que

por tudo chora, mas compreende-las e abraça-las na sua expressão de pedido de ajuda ou insatisfação, dando-lhe afeto e carinho nos momentos desejados.

Mais do que simples retórica, o respeito à criança ganha concreticidade na medida em que, nas práticas efetivadas no interior da instituição de educação infantil, estejam previstos: brincadeira; atenção individual; ambiente aconchegante; seguro e estimulante, contato com a natureza; higiene e saúde; alimentação sadia; desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; movimentos em espaços amplos; proteção; afeto e amizade; expressão de sentimentos; especial atenção durante o período de adaptação; desenvolvimento de identidade cultural, racial e religiosa. (OSTETTO, 2007, p.16).

As crianças são seres pensantes, ativos, questionadores e sabem resolver situações-problemas, mas que igualmente ao adulto possui períodos difíceis, de sentimentos tristes, falta de algum familiar que se encontra distante e que em todo esse amontoado de situações advindos de suas famílias, transparecem em suas relações consigo e com o outro, forçando ao adulto/educador um olhar singular e que diagnostique sua necessidade naquele momento. Sendo uma professora que reaprende e esteja pronta para receber uma nova concepção de ver a criança como sujeito ativo e de direitos.

Tal compreensão implica abandonar práticas habituais em educação, romper com a concepção de educação como “fabricação” - dizendo às crianças como devem ser, pensar, agir e o que devem saber. É o desafio de abandonar a idéia de educação como “formatação”, previamente definindo os caminhos para às crianças. A compreensão de que a dinâmica do mundo contemporâneo nos propõe muitas incertezas para o futuro, e que estas somente podem ser parcialmente solucionadas, torna-se importante pensar a ação educativa em sua dinâmica contraditória e viva, pois imersa na cultura. (BARBOSA, 2009, p.74)

Se reconfigurar, refletir, pesquisar novos procedimentos de forma a abranger determinadas culturas e relações é necessário para o educador de educação infantil, que lida com diversificados mundos da infância.

Outro ponto fundamental ao tema de cuidar e educar se refere as ações de vida prática, como a alimentação e o banho. O banho e a alimentação são vivências extremamente pedagógicas e relacionam-se nas ações de cuidar e educar. A percepção da troca de informações, da descoberta das partes do corpo, da importância do banho e, também, do racionamento de água, encontram-se em

campos de experiência diversificados, porém que estão relacionados na educação da criança.

A alimentação saudável e, conseqüentemente, a descoberta dos nomes das frutas, o trabalhar das cores, dos sabores azedo ao doce, demonstram o leque de diversificadas competências que podem ser alcançadas em diversificados campos de experiência, com o uso de apenas um tema e que pode ser trabalhado com o mínimo de material. Conversar sobre as frutas e os legumes percebendo sua importância nutricional e também natural no uso da preparação de tinta, atribuindo a cultura indígena são exemplos aqui citados de formas simples, mas que terá um significado na vida das crianças sem igual.

Considerando todos os pensamentos até aqui descritos e refletidos, percebe-se a importância da educação infantil na vida das crianças e no integral desenvolvimento da infância, sendo um caminho a ser seguido com resultados futuros promissores, ou prejudicados de acordo com as realizações das práticas docentes e o apoio da instituição na formação do conhecimento das crianças e adultos envolvidos nesse processo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o desenvolver deste estudo e compreendendo de forma mais ampla o contexto que se iniciou o atendimento à criança nos contextos internacionais e brasileiros, até a construção da concepção de infância e a instituição da Educação Infantil e sua entrada na etapa da Educação Básica, estruturou-se um pensamento pautado em teorias e em documentos legais que deram sustentabilidade ao estudo deste trabalho.

A pesquisa realizada no Centro Integrado de Educação Infantil, na cidade de Cabedelo, unida as teorias estudadas cientificamente, puderam estabelecer um olhar crítico e disposto a perceber a realidade, como forma de compreender e discutir possíveis soluções e contribuições para leitores e pesquisadores. Durante a pesquisa de campo, foi possível conviver e se relacionar com professoras, funcionários e crianças matriculadas no CIEI, o que enriqueceu de forma gradual meus pensamentos, reflexões e construções de novos conhecimentos.

Ao descrever o histórico da Educação Infantil, percebe-se a fundamental importância que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) trouxeram para a Educação Infantil, reconhecendo o direito da criança a educação e um dever a ser cumprido pelo Estado e pela família.

Outro documento importante para a educação Infantil foi as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009), que afirma diante da sociedade a criança como um sujeito de direitos e construtora de sua própria história e cultura. A partir deste momento surgiu um novo olhar para a infância, que foi se alicerçando e unificando aos direitos da criança, de forma a construir e atribuir consciência e respeito à criança em suas mais diversas singularidades, especificidades e necessidades, que se diversificam das dos adultos em determinadas características. Além de enfatizar a criança como ser pensante, criativo, reflexivo e quando instigada a determinada situação, encontra-se pronta para desafiar e solucionar problemas.

Dentro do contexto histórico iniciou-se uma discussão do cuidar e educar como ações antes separadas, por serem construídas historicamente, em atendimentos direcionados a assistência, atribuídos a creche e de preparação para as escolas fundamentais, direcionados a pré-escola. Reconfigurando este pensamento e depois de muitos estudos teóricos e da homologação de documentos legais, novas

atribuições e diferentes significados das palavras de cuidar e educar foram sendo elaboradas, comprovando as ações como indissociáveis, onde não existe o cuidado sem a educação e vice e versa. Ambas ações de cuidar e educar se interligam e são praticadas em conjunto durante as rotinas vivenciadas nas instituições infantis.

A pesquisa de campo realizada no CIEI, na cidade de Cabedelo, se deu em oito visitas de observações em quatro salas de atividades e na aplicação de um questionário, que foi respondido por três professoras e uma monitora.

De acordo com as respostas das professoras e da monitora, pôde-se compreender determinadas práticas relacionadas às crianças, de acordo como estas definem as ações de cuidar e educar. Percebendo suas dificuldades, mas profundamente a decorrente mecanização de práticas e, portanto, a falta de preparo profissional nas atitudes relacionadas às crianças. Nesse sentido, identifica-se a necessidade de uma formação continuada, em cursos direcionados a área de educação infantil, que ofereçam suportes teóricos que contribuirão para o desenvolvimento integral das crianças.

A pesquisa de campo ofereceu um novo olhar, em relação a como contribuir e refletir as ações de cuidar e educar de forma que sejam realizadas de maneira indissociável, sendo observada a necessidade de repensar e aprofundar em pesquisas/estudos que ofereçam estratégias para se desenvolver junto a realidade das crianças. Assim, a pesquisa de campo respondeu ao que se esperava nos objetivos deste trabalho, servindo de apoio, nos momentos de reflexões das práticas docentes e de como é possível realizar as ações de educar e cuidar em conjunto, sendo necessário direcionar as práticas para contribuição de uma educação infantil que ofereça qualidade em seu trabalho.

A respeito das ações de cuidar e educar e as práticas docentes, foi possível compreender que a principal base para a construção das relações entre crianças e adultos é o respeito e para que este seja plenamente executado, se faz necessário o comprometimento e a profissionalização dos professores, de forma a contribuir em uma educação fundamentada nos interesses que se quer desenvolver na criança, que só serão efetivados se tiverem aprofundamento da área de educação infantil.

Para o profissional, professor e educador que deseja trabalhar na área de Educação Infantil, foi criado o documento “Por uma Política de Formação dos Profissionais da Educação”, que visava garantir e reforçar a necessidade dos

professores se licenciarem em cursos que lhes proporcionem aportes fundamentais para a prática docente, compreendendo que em todas as profissões faz-se necessário um curso na área, para que se possa atuar legalmente, não se fazendo diferente na área de educação, sendo esta a porta de entrada para as demais profissões, ou ainda a mais fundamental entre as áreas.

Neste sentido conclui-se o pensamento da valorização dos profissionais de educação, não se referindo só ao financeiro, mas a possibilidade de formações continuadas, direcionadas a natureza da criança, formando profissionais específicos para a área e melhorando a qualidade da educação em toda a sua dimensão.

Pensar a criança e respeitá-la em sua mais completa diversidade e natureza não é uma tarefa fácil para as instituições de educação infantil, porém não é uma tarefa impossível, já que existem tantos caminhos encontrados, novas concepções, um leque de informações e assim, a construção de novos conhecimentos, além da evolução do ser humano, como ser criativo e de tamanha inteligência a encontrar possibilidades diversificadas para resolução de um determinado problema.

Considerando que a Educação Infantil é uma etapa fundamental para a educação de crianças, está é a principal porta de entrada, onde se abre novos caminhos, não para a promoção da criança, mas para seu desenvolvimento integral como sujeito de direitos, onde o professor deve estar atento as necessidades da criança, respeitando-as e garantido uma construção social e cultural que lhes proporcionem relações interpessoais e intrapessoal durante a infância.

Concluindo essa pesquisa compreende-se que às instituições de educação infantil invistam na formação inicial e continuada de profissionais da educação, como: professores, monitores, cuidadoras entre outros, de forma a contribuir na vida profissional, o que resultaria em uma educação de qualidade, onde todos os profissionais envolvidos estariam interessados em contribuir no desenvolvimento da criança, respeitando suas singularidades e proporcionando um ambiente instigador para a resolução de problemas e construção de novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luisa Nogueira. **Educar e cuidar na creche: mudanças e continuidades**. Disponível em:

[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22082\\_9292.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22082_9292.pdf). Acesso em: 10/abril/2019.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil - Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília: Ministério da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei n. 9.394**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** – Brasília: MEC/SEF. Volumes: 1, 2, 3.1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n.05, 17 dez. 2009: Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base nacional comum curricular: BNCC-Apresentação**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>Acessado em: 02 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base nacional comum curricular: BNCC**. Disponível - [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf). Acessado em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC/ SEB, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/MEC, Nº 1, de abril de 1999. **Diretriz Curricular Nacional de Educação Infantil**. Brasília: D.O.U. de 13 de abril de 1999. Seção 1, p.18. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/MEC, Nº 5, de 17 de dezembro 2009. **Diretriz Curricular Nacional de Educação Infantil**. Brasília: D.O.U. de 18 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13684-resolucoes-ceb-2009>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

CAMPOS, Maria Malta. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6ª edição. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CERISARA, Ana Beatriz. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? **Revista Perspectiva**: Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 11 - 21, jul. /dez. 1999.

CIRÍACO, Klinger Teodoro; ZENERATI, Fernanda Regina. Professoras da educação infantil e os princípios do cuidar/educar na prática docente. **Revista Formação Docente**: Brasília, v.7, nº2, jul. / dez. 2015.

DIAS, Adelaide Alves; AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. **Currículo e educação infantil: práticas de cuidado e educação com crianças de 0 a 3 anos em creches**. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8596\\_4556.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8596_4556.pdf). Acesso em: 18 mar. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set. / dez. 2017.

KRAMER, Sônia. Às crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais do Brasil: Educação Infantil e é fundamental. **Revista: Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

KRAMER, Sônia. Currículo de Educação Infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: questões teóricas e polêmicas. IN: **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasil, MEC/COEDI, 1994.

KRAMER, Sônia. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo (42): 54-62, ago. 1982.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves. **A educação da primeira infância no Brasil entre os séculos XIX e XX**. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.20.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.20.pdf)  
Acesso em: 18 mar. 2019.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro; DIAS, Adelaide Alves. **O Cuidado e a Educação Enquanto Práticas Indissociáveis Na Educação Infantil.** In: 29ª Reunião Anual da ANPED, 2006, Caxambu, MG. Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: Desafios e Compromissos, 2006.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil fundamentos e métodos.** 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil.** 6. ed. São Paulo: Papirus. 2007

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. In: **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009 – MISSN: 1676-2548

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira: a organização escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

Strenzel, Giandréa Reuss. A educação e o cuidado de meninas e meninos menores de três anos em creches: indicações para uma pedagogia da educação infantil. **Revista: Zero a Seis.** Florianópolis, v. 5, n. 7, jan./jun., 2003.

TAKEMOTO, Denise Tomiko Arakaki. LIMA-SANTOS, Carla Graciete. **O cuidar e educar: concepções de quem trabalha com crianças em um centro de educação infantil.** Disponível em:

[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7834\\_6207.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7834_6207.pdf). Acesso em: 10 abr. 2019.

TIRIBA, Lea. **Educar e cuidar ou, simplesmente, educar: buscando a teoria para compreender discursos e práticas.** Disponível em:

<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07939int.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE I – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

### ROTEIROS DE OBSERVAÇÃO

Identificação da Instituição:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Nome do(a) gestor(a): \_\_\_\_\_

#### Questões

1. Quantas e como são as instalações físicas da instituição?

(salas de aula, sala de repouso, secretaria, brinquedoteca, biblioteca, banheiros, cozinha, refeitório, lactário, área descoberta – pátio, parquinho, solário etc. –, brinquedos).

2. Atendimento prestado à criança (quantidade de crianças atendidas e faixa etária):

3. Na instituição há uma proposta pedagógica? Qual? Como foi elaborada? Por quem?

4. Quantos professores?

5. Qual é o pessoal técnico e de apoio que atua diretamente com às crianças?

(listar todos os demais profissionais)

6. Que recursos materiais e didáticos são utilizados na educação das crianças da educação infantil?

I - Roteiro de Observação da Instituição

1. Mobiliário (quantidade e condições de uso)

a) da sala de atividades:

- cadeiras

- mesas

- prateleiras

- estantes

- armários

b) da sala de repouso:

- berços

- colchões

- armários

2. Materiais (quantidade e adequação dos materiais)

- didáticos

- brinquedos

- higiene

3. Atividades realizadas

- saber se é realizado um planejamento na creche com as professoras

- observar as atividades que estão sendo realizadas nas salas com às crianças de 5 anos

1. Anotar sobre a quantidade de profissionais envolvidos com a turma e a quantidade de crianças que estavam presentes no dia da visita:

2. Observar e anotar sobre o cotidiano da turma a partir dos seguintes pontos:

- brincar

- interações crianças-crianças

- interações adultos-crianças.

- ação da professora no contato com a criança

## APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Esse questionário propõe colher dados para enriquecimento de meu trabalho monográfico que tem como tema: **PRÁTICAS DOCENTES E O CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Por motivos éticos, sua participação será sigilosa.  
Responsável: **MARIANA CRISTINA MELO**

Questionário

### I – Perfil do docente

**Sexo:**

( ) feminino ( ) masculino

**Idade:**

( ) 18 a 28 anos ( ) 29 a 34 anos ( ) acima de 35 anos

**Município que mora:** \_\_\_\_\_

**Qual a sua função:**

( ) Professora ( ) Auxiliar ( ) Cuidadora

**Qual a faixa etária da sua turma na creche?** \_\_\_\_\_ (Infantil \_\_\_\_)

**Nível de formação:**

( ) ensino médio ( ) magistério ( ) superior incompleto ( ) superior completo

\*No caso de formação superior, qual (is) o(s) curso(s)?

---

**Há quanto tempo você exerce a atividade docente?**

( ) menos de 1 ano ( ) de 1 a 5 anos ( ) de 6 a 10 anos ( ) há mais de 10 anos

### II – Relacionado ao tema

1. O que você entende por cuidar e educar na Educação Infantil?

---



---



---

**2. Como você descreveria a função do professor nas relações de cuidar e educar realizadas no cotidiano?**

---

---

**3. Como você descreveria a função das auxiliares e cuidadoras nas relações de cuidado e educação das crianças?**

---

---

**4. Como as ações de cuidar e educar podem contribuir para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil?**

---

---

**5. Diante de sua experiência como professora, quais as maiores dificuldades enfrentadas por você no cotidiano educacional ligadas ao cuidar e educar no desenvolvimento das crianças?**

---

---

**6. O seu planejamento semanal é organizado com atividades voltadas para que o cuidar e educar aconteçam?**

Sim  Não  Às vezes

**7. Nas reuniões de planejamentos pedagógicos são realizados diálogos que abordem as ações de cuidar e educar nas vivências com as crianças?**

Sim  Não  Às vezes

**8. Para você, os planejamentos pedagógicos da instituição consideram a importância das ações de cuidar e educar como?**

importante  pouco importante  muito importante

**9. É possível cuidar sem educar e vice e versa?**

Sim  Não

**10. Para você, o cuidar e educar devem acontecer simultaneamente, de forma indissociável?**

Sim  Não

## APÊNDICE III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) \_\_\_\_\_  
Professor(a) ( ) Auxiliar ( ) Cuidador(a) ( )

Esta pesquisa é sobre “Práticas Docentes e o Cuidar e Educar na Educação Infantil” que está sendo desenvolvida por Mariana Cristina Melo, estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Ana Luisa Nogueira de Amorim.

O objetivo do estudo é “Analisar as práticas docentes refletindo sobre as ações de cuidar e educar vivenciadas com às crianças na Educação Infantil”.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa respondendo a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos envolvidos no estudo.

Esclarecemos que sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Nome completo do(a) participante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Participante da Pesquisa  
RG: \_\_\_\_\_

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora responsável:

\_\_\_\_\_  
Mariana Cristina Melo - (XX) XXXXX-XXX3

## **ANEXOS**